



Faculdade de Arquitectura de Lisboa

Universidade de Lisboa

# Lugar e Comunidade

---

O espaço e equipamento públicos como motores de desenvolvimento local: uma proposta de requalificação do bairro do Casal Novo em Odivelas

---

Joana Coutinho de Carvalho de Miranda Lemos  
(Licenciada)

---

Projecto Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre  
em Arquitectura

---

Orientador Científico: Professor Doutor Pedro Rodrigues

---

Júri:

Presidente: Doutor Miguel Calado Baptista Bastos

Vogal: Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

---

Lisboa, Setembro de 2015

---



## Resumo

No final da década de 50 do século XX assistiu-se, em Portugal, à explosão demográfica nas áreas urbanas, o que levou, consequentemente, ao aumento significativo da procura de habitação nestas áreas e ao crescimento descontrolado do espaço urbano português.

A falta de legislação que regulasse devidamente o uso dos solos, assim como a falta de capacidade resposta do Estado às necessidades de habitação da população proporcionaram o desenvolvimento de um sector informal e ilegal de produção de habitação. Foi neste contexto que surgiram as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), áreas frágeis, desarticuladas e representativas de um consumo desgovernado do território que comprometeu a sustentabilidade do espaço urbano português e a qualidade de vida dos seus habitantes. É nesta categoria que se insere o bairro que constitui a área de intervenção do presente trabalho, o Bairro do Casal Novo, localizado em Odivelas.

Com o presente trabalho procurou-se apresentar estratégias e soluções que possam contribuir não só para a reconversão e requalificação do Bairro do Casal Novo, mas também para a promoção da qualidade de vida e coesão social dos seus habitantes, materializadas em projecto de arquitectura e desenho urbano. Para tal desenvolveu-se um quadro teórico, abordando o tema das AUGI e do espaço público, que suportasse, posteriormente, as decisões práticas.

Como resposta prática aos problemas do bairro do Casal Novo foram desenhados para além de uma estratégia de requalificação geral, à escala urbana, um conjunto de equipamentos, incluindo um centro comunitário e cultural, uma igreja e um centro paroquial. O que se pretende com a proposta de implementação destes equipamentos e com a qualificação do espaço público a si associado é que estes possam contribuir para o reposicionamento do Casal Novo, concorrendo também para a criação de um lugar que seja o centro da vida urbana daquele bairro, e aumente da qualidade de vida dos seus habitantes.

**Palavras-Chave – AUGI, Comunidade, Espaço Público, Igreja, Requalificação Urbana**



## **Abstract**

The growth of the Portuguese urban space marked the end of the 50s of the twentieth century, along with industrial growth, which attracted to urban areas a big share of population from the countryside searching for new opportunities. This led, consequently, to a large demand for housing. The lack of legislation that could properly regulate the land uses, as well as the state's lack of responsiveness to the population's housing needs, provided the development of an informal and illegal sector of housing production. It was in this context that the Urban Areas of Illegal Genesis (AUGI) appeared. These areas represent an unsustainable use of the territory that compromises its inhabitants' life quality. This is the category that fits the practical intervention place: Bairro do Casal Novo, located in Odivelas.

The present study sought to present strategies and solutions that can help, not only to reconvert and upgrade Casal Novo, but also promote life quality and social cohesion of its inhabitants. To do this it was developed a theoretical framework, addressing the issue of AUGI and public space, which would support later the project practical decisions.

As a practical response to Casal Novo problems it were designed, in addition to a general upgrading strategy at the urban scale, a set of equipments, including a community and cultural center, a church and a parish center. The aim is to contribute to repositioning Casal Novo, as well as to create a memorable urban place that can become its urban life center and increase life quality of Casal novo inhabitants.

**Keywords – AUGI, Community, Public Space, Church, Urban Requalification**



*Para mim*

*Para os meus pais*

*Para o lúri*

*“Trabalho é amor tornado visível.”*

Khalil Gibran, filósofo





## Agradecimentos

O meu sincero agradecimento a todos os que, de diversas formas caminharam comigo nesta etapa do meu percurso académico.

Agradeço em especial, ao professor Pedro Rodrigues, por toda a orientação, partilha e apoio.

À minha família por ter sido sempre a minha rede de segurança, em especial ao meu pai pela sua preciosa contribuição, à minha mãe por toda ajuda e por todas as vezes que tornou tudo mais fácil e ao meu irmão pela sua prontidão e disponibilidade para me ouvir.

Ao lúri pelo seu carinho e atenção, mas também pelos inesgotáveis apoio, preocupação, partilha, contribuição e sobretudo por nunca me ter deixado baixar os braços.

Às minhas amigas Mariana, pela grande amizade, apoio e companheirismo e Rita, por ter sido uma grande e inesperada fonte de motivação, optimismo, companheirismo e amizade.

E ainda à Joana por ter sido uma grande ouvinte, sempre motivadora e optimista.

# Índice Geral

<b>Resumo</b>	<b>I</b>
<b>Abstract</b>	<b>III</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>V</b>
<b>Índice Geral</b>	<b>VIII</b>
<b>Índice de figuras</b>	<b>X</b>
<b>Índice de Gráficos</b>	<b>XIV</b>
<b>Índice de Tabelas</b>	<b>XIV</b>
<b>Lista de Siglas e Abreviaturas</b>	<b>XIV</b>
<b>1 Introdução</b>	<b>2</b>
1.1 Apresentação e justificação do tema	3
1.2 Objectivos e questões de trabalho	4
1.3 Metodologia e estrutura do trabalho	5
1.4 Contribuições	6
<b>2 O Bairro do Casal Novo - Leitura e Diagnóstico</b>	<b>10</b>
2.1 Contexto Histórico e Evolução	11
2.2 Situação e posição geográfica	14
2.3 Características do terreno e da construção	15
2.4 Estrutura e Centralidade	16
2.5 Comércio e Serviços	18
2.6 Mobilidade	19
2.7 População	20
2.8 Aspirações da população	21
2.9 Análise SWOT - Strengths Weaknesses Opportunities Threats	22

2.10	Conclusões do capítulo	23
<b>3</b>	<b>Áreas Urbanas de Génese Ilegal - AUGI</b>	<b>26</b>
3.1	Definição	27
3.2	Contexto Histórico e Enquadramento Legal	27
3.3	Consequências do crescimento urbano informal	31
3.4	Processo de Reconversão	33
3.5	Da reconversão à qualificação	35
3.6	Conclusões do capítulo	37
<b>4</b>	<b>O papel do espaço e do equipamento públicos em contexto urbano</b>	<b>40</b>
4.1	Definição de espaço público	41
4.2	Contexto e evolução do espaço público europeu	42
4.3	Tipologias	48
4.4	A importância do espaço público	54
4.5	Alguns parâmetros de Qualidade	55
4.6	Conclusões do capítulo	59
<b>5</b>	<b>Requalificação do Bairro do Casal Novo</b>	<b>62</b>
5.1	Abordagem à escala urbana – Projecto “ <i>chance and change</i> ”	63
5.2	Local de intervenção e programa arquitectónico	67
5.3	Desenho urbano e articulação dos edifícios	71
5.4	Projecto de arquitectura	75
5.5	Conclusões de capítulo	82
<b>6</b>	<b>Conclusão e discussão</b>	<b>84</b>
<b>7</b>	<b>Bibliografia</b>	<b>88</b>
<b>Anexos</b>		<b>94</b>

## Índice de figuras

Figura 1 - Anta das Pedras Grandes, 1941 ( Fonte: BOAVENTURA, 2009) .....	12
Figura 2 - Anta das Pedras Grandes, anos 20, séc. XX (Fonte: BOAVENTURA, 2009) .....	12
Figura 3 - Ortofotomapa 1977 (elaboração própria. Fonte: CMO) .....	12
Figura 4 - Ortofotomapa 1982 (elaboração própria. Fonte: CMO) .....	13
Figura 5 - Ortofotomapa 1990 (elaboração própria. Fonte: CMO) .....	13
Figura 6 -Ortofotomapa 2005, (elaboração própria. Fonte: CMO) .....	14
Figura 7 - Bairro Casal Novo na AML, (elaboração própria. Fonte: Google Maps) .....	14
Figura 8 - Bairro do Casal Novo no concelho de Odivelas (elaboração própria. Fonte: Google Maps) .....	14
Figura 9 - Vista da encosta - acesso ao bairro a partir de Caneças (Fonte: Bing Maps) .....	15
Figura 10 - Acesso ao bairro a partir de Caneças - subida da encosta (Fonte: fotografia tirada pela autora) .....	15
Figura 11 - Moradia Unifamiliar de dois pisos - Bairro do Casal Novo (Fonte: fotografia tirada pela autora) .....	15
Figura 12 - Vista aérea do bairro mostrando dispersão da construção (Fonte: Bing Maps) .....	15
Figura 13 - Vista do terreno 2 (Fonte: fotografia tirada pela autora) .....	16
Figura 14 - Vista do terreno 3 (Fonte: fotografia tirada pela autora) .....	16
Figura 15 - Vista do terreno 4 (Fonte: fotografia tirada pela autora) .....	16
Figura 16 - Vista do terreno 5 (Fonte: fotografia tirada pela autora) .....	16
Figura 17 - Mapa de estrutura, centralidade e distribuição do comércio no bairro .....	17
Figura 18 - Mapa distância/tempo às várias coroas da AML - Transportes públicos (Fonte: análise de turma MIARQ5D 2013) .....	19
Figura 19 - Mapa distância/tempo às várias coroas da AML – Carro (Fonte: análise de turma MIARQ5D 2013) .....	19
Figura 20 – Bairro da serra da Luz em processo de reconversão (Fonte RAPOSO <i>et al.</i> 2010) .....	31

Figura 21 - AUGI na AML (Fonte: CABRAL, 2011, p.140) .....	31
Figura 22 - Esquema do processo de reconversão (Elaboração própria, Fonte: ARAÚJO, 2011) .....	35
Figura 23 - Polis grega (Fonte: <a href="https://hisherpedpri41412012.wordpress.com/category/antigua-grecia/page/2/">https://hisherpedpri41412012.wordpress.com/category/antigua-grecia/page/2/</a> ) .....	42
Figura 24 - Plano da cidade romana de Luca mostrando o Cardus e o Decumanus (Fonte: <a href="https://arsartisticadventureofmankind.wordpress.com/2014/05/14/art-of-the-roman-provinces/">https://arsartisticadventureofmankind.wordpress.com/2014/05/14/art-of-the-roman-provinces/</a> ) .....	42
Figura 25 - Desenho do <i>Forum</i> romano (Fonte: <a href="http://pincelyburil2.blogspot.pt/2010/11/foro-romanoel-corazon-del-imperio.html">http://pincelyburil2.blogspot.pt/2010/11/foro-romanoel-corazon-del-imperio.html</a> ) .....	42
Figura 26 - Cidade Medieval de Carcassone em França .....	43
Figura 27 - Praça de São Marcos, Veneza, Itália (Renascimento) (Fonte: <a href="http://otkritka-reprodukcija.blogspot.pt/2013/01/1721-1780_19.html">http://otkritka-reprodukcija.blogspot.pt/2013/01/1721-1780_19.html</a> ) .....	43
Figura 28 - Praça do Capitólio, Roma, Itália (Barroco) (Fonte: <a href="http://slideplayer.fr/slide/1314757/">http://slideplayer.fr/slide/1314757/</a> ) .....	44
Figura 29 - Passeio Público, actual Avenida da Liberdade, Lisboa 1879 (Fonte: <a href="http://monsterblues-cms.blogspot.pt/2014/11/a-importancia-das-imagens.html">http://monsterblues-cms.blogspot.pt/2014/11/a-importancia-das-imagens.html</a> ) .....	44
Figura 30 - Plano de Haussman para Paris, França (Fonte: <a href="https://architokyo.wordpress.com/exposition/">https://architokyo.wordpress.com/exposition/</a> ) .....	44
Figura 31 - Arco do Triunfo, Paris, França, um dos monumentos valorizados no plano de Haussman (Fonte: <a href="http://mod7group4.blogspot.pt/">http://mod7group4.blogspot.pt/</a> ) .....	45
Figura 32 - Maqueta plano de Cerdá para Barcelona, Espanha (Fonte: <a href="https://sites.google.com/site/xeomasaadultos/iii-demografia/iii-4-o-proceso-de-urbanizaci/f-a-cidade-industrial-1/f-a-cidade-industrial">https://sites.google.com/site/xeomasaadultos/iii-demografia/iii-4-o-proceso-de-urbanizaci/f-a-cidade-industrial-1/f-a-cidade-industrial</a> ) .....	45
Figura 33 - Ilha tipo do plano de Cerdá para Barcelona, Espanha (Fonte: <a href="https://arquitetandoblog.wordpress.com/2009/">https://arquitetandoblog.wordpress.com/2009/</a> ) .....	45

Figura 34 - A cidade-Jardim de Howard (Fonte: <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Ebenezer_Howard">https://pt.wikipedia.org/wiki/Ebenezer_Howard</a> ) .....	46
Figura 35 - Esquema de cidade modernista de Le Corbusier .....	46
Figura 36 - Praça do Comércio com estacionamento, anos 70 (Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=618102&amp;page=27">http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=618102&amp;page=27</a> ) .....	47
Figura 37 - Rua de uso partilhado na Holanda (Fonte: <a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Cycling_in_the_Netherlands">https://en.wikipedia.org/wiki/Cycling_in_the_Netherlands</a> ) .....	47
Figura 38 - Avenue des Champs Elysées, Paris, França.....	50
Figura 39 - Piazza del Campo, Siena, Itália ( <a href="http://www.shutterstock.com/s/siena/search.html">http://www.shutterstock.com/s/siena/search.html</a> ) .....	51
.....	
Figura 40 - Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal (Fonte: <a href="https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jardim_da_Funda%C3%A7%C3%A3o_Calouste_Gulbenkian_09.JPG">https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jardim_da_Funda%C3%A7%C3%A3o_Calouste_Gulbenkian_09.JPG</a> ).....	52
Figura 41 - Biblioteca Municipal, Amesterdão, Holanda (Fonte: <a href="http://fernandafranca.com.br/blog/?p=1939">http://fernandafranca.com.br/blog/?p=1939</a> ) .....	53
.....	
Figura 42 - Praça do Duomo de Sta. Maria del Fiori, Florença, Itália (Fonte: <a href="http://counterlightsrantsandblather1.blogspot.pt/2011/03/florence-building-cathedral.html">http://counterlightsrantsandblather1.blogspot.pt/2011/03/florence-building-cathedral.html</a> ) .....	54
Figura 43 - Rua é lugar para actividades de lazer e de sociabilização, Bairro Alto, Lisboa, Portugal (Fonte: <a href="http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2390671">http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2390671</a> ) .....	55
Figura 44 - Diversidade de usos e funções na Rua de Sta. Catarina, Porto, Portugal ( <a href="http://www.oguiadeportugal.com/2011/10/rua-santa-catarina-cafe-majestic.html">http://www.oguiadeportugal.com/2011/10/rua-santa-catarina-cafe-majestic.html</a> ) .....	56
Figura 45 - Oportunidade para permanecer na Ribeira das Naus, Lisboa, Portugal (Fonte: <a href="http://deoromi.overblog.com/2014/07/lisboa-ribeira-das-naus.html">http://deoromi.overblog.com/2014/07/lisboa-ribeira-das-naus.html</a> ) .....	56
Figura 46 - Dimensões reduzidas permitem uma concentração mais alta de pessoas, Praça da Cidade Velha, Praga, Rep. Checa (Fonte: <a href="http://www.shutterstock.com/pic-10049302/stock-photo-aerial-view-of-old-town-square-neighborhood-in-prague-from-the-top-of-the-town-hall.html">http://www.shutterstock.com/pic-10049302/stock-photo-aerial-view-of-old-town-square-neighborhood-in-prague-from-the-top-of-the-town-hall.html</a> ) ...	57

Figura 47 - Estratégia de escala urbana - elaboração própria .....	63
Figura 48 - Exercício de cruzamento de bases matriciais: Barcelona + Bairro do Casal Novo e Nova Iorque + Bairro do Casal Novo (elaboração própria) .....	63
Figura 49 - Malha Proposta para o Casal Novo (elaboração própria) .....	64
Figura 50 - Perfil proposto da Rua do Brasil, Rua Principal (elaboração própria) .....	64
Figura 51 - Perfil proposto da Rua da Fontainha das Pias, Rua Secundária (elaboração própria) .....	64
Figura 52 - Perfil proposto para rua de uso partilhado (elaboração própria) ...	65
Figura 53 - Vista de rua de uso partilhado depois da requalificação do bairro (elaboração própria) .....	65
Figura 54 - Vista da zona do Novo Mercado após a requalificação do bairro (elaboração própria) .....	65
Figura 55 - Planta de estratégia (elaboração própria) .....	66
Figura 56 - Actual igreja do Casal Novo .....	67
Figura 57 - Local escolhido para a intervenção .....	67
Figura 58 - Organização do programa da Igreja (elaboração própria) .....	68
Figura 59 - Organização do programa do Centro Social .....	70
Figura 60 - Condicionantes e zonas de protecção propostas, elaboração própria .....	72
Figura 61 - Vista da praça depois da requalificação, elaboração própria .....	73
Figura 62 - Vista do jardim depois da requalificação (elaboração própria) .....	73
Figura 63 - Vista do jardim depois da requalificação (elaboração própria) .....	73
Figura 64 - Vista da praça depois da requalificação, elaboração própria .....	73
Figura 65 - Esquema tridimensional explicativo do desenho urbano, elaboração própria .....	74
Figura 66 - Vista do interior da igreja (elaboração própria) .....	76
Figura 67 - Articulação entre os diferentes programas dentro do conjunto Igreja + Centro paroquial .....	78
Figura 68 - Vista do centro interpretativo (elaboração própria) .....	79
Figura 69 - Vista da sala de leitura (elaboração própria) .....	79
Figura 70 - Vista do Auditório (elaboração própria) .....	79
Figura 71 - Vista do Foyer (elaboração própria) .....	79

Figura 72 - Articulação entre os diferentes programas no edifício do centro comunitário .....	81
---	----

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Peso dos equipamentos, do comércio e dos serviços no bairro (Fonte: elaboração própria).....	18
Gráfico 2 – distribuição do comércio por tipo (Fonte: elaboração própria) ...	18
Gráfico 3 - Variação da população (elaboração própria, Fonte: CMO).....	20
Gráfico 4 - Variação dos jovens e idosos (elaboração própria, Fonte: CMO)	20
Gráfico 5 - Nível de qualificação da população (elaboração própria, Fonte: CMO).....	21
Gráfico 6 – Importância dos programas para a população (elaboração própria, Fonte: análise de turma MIARQ5B 2013) .....	21
Gráfico 7 - Importância dos equipamentos para a população (elaboração própria, Fonte: análise de turma MIARQ5B 2013) .....	21

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - distância tempo a equipamentos de referência a partir do bairro (Fonte: análise de turma MIARQ5B 2013) .....	19
Tabela 2 - Índice de envelhecimento (elaboração própria, Fonte: CMO).....	20
Tabela 3 - Análise SWOT (Fonte: elaboração própria) .....	22
Tabela 4 - Tipologias de espaço público por BRANDÃO (2008).....	49
Tabela 5 - Ferramentas por GEHL(2011) .....	58
Tabela 6 - Parâmetros de qualidade para o espaço público por GHIL (2011) .....	59

## Lista de Siglas e Abreviaturas

AML – Área Metropolitana de Lisboa



ATL – Atelier de Tempos Livres

AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal

CREL – Cintura Regional Interior de Lisboa

DL – Decreto de Lei

PDM – Plano Director Municipal

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

ZGP – Zona Geral de Protecção

ZNA – Zona non-aedificandi

# 1 Introdução

## 1.1 Apresentação e justificação do tema

O crescimento do espaço urbano português marcou o final da década de 50 do século XX, a par com o crescimento industrial, que atraiu grandes contingentes populacionais do interior do país, para as áreas urbanas, em busca de novas oportunidades. Esta grande afluência de pessoas aos centros urbanos mais desenvolvidos, nomeadamente à Área Metropolitana de Lisboa, despoletou, conseqüentemente, uma grande procura de habitação por parte desta população recém-chegada à cidade.

A falta de legislação urbanística que permitisse aos municípios obter na altura certa, os solos necessários para os fins pretendidos, por preços adequados, levou a que estes, como medida preventiva, alargassem desmesuradamente os limites urbanos sem, no entanto, os programar. É nesta sequência de acontecimentos que se desenvolvem as periferias urbanas subequipadas e desqualificadas, já que a falta de programação permitiu o surgimento de iniciativas privadas e de licenciamentos dispersos e desarticulados. (OLIVEIRA, 2011)

Ora, uma deficiente resposta dos municípios às necessidades habitacionais de uma crescente população ainda mal paga, que não se coadunava com o produto especulativo das operações privadas, a especulação imobiliária devida à ausência de legislação adequada, um planeamento urbanístico de ampla admissibilidade construtiva, e a morosidade dos processos de aprovação dos planos de urbanização, foram factores potenciadores do desenvolvimento de um sector "informal" de produção de habitação, ainda que ilegal. (JORGE in RAPOSO *et al.*, 2010)

É nesta conjuntura que surgem as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), áreas frágeis e problemáticas não só do ponto de vista urbanístico, mas também do ponto de vista social, já que gestão adequada do parcelamento do solo é condição imprescindível para que a cidade tenha um crescimento coerente e respeitador do meio ambiente, propiciando qualidade de vida aos que nela habitam e trabalham. (ALVES, 2009) É nesta categoria que se insere o bairro que

constitui a área de intervenção do presente trabalho, o bairro do Casal Novo, localizado em Odivelas.

O bairro em questão cresceu, à semelhança de tantas outras AUGI, de modo ilegal e informal e sem qualquer tipo de planeamento. Para além da maioria dos loteamentos e construções do Casal Novo terem sido realizados à margem da lei, o que implica um trabalho de reconversão de contornos complexos, este bairro é um local para o qual não foram delimitadas áreas a ceder nem para espaços e equipamentos públicos, nem para vias, passeios ou estacionamento, o que fez dele um não-lugar, carente de ordem, hierarquia e caracterização.

Todas estas patologias obrigam a maioria da população do Casal Novo a uma deslocação diária aos locais devidamente equipados, muitas vezes dificultada por uma deficiente rede de transportes e estrutura de acessos viários. Na verdade, o bairro encontra-se numa situação particularmente frágil, já que para além do anteriormente descrito, está localizado no limite do município de Odivelas, um município periférico de Lisboa, encontrando-se dividido por duas freguesias - Caneças e Famões. Esta situação frágil e desarticulada vinca os emergentes fenómenos de desintegração da vida sociocomunitária e de segregação territorial que em muito afectam a qualidade de vida dos seus habitantes.

Tomando consciência da falta de sustentabilidade deste modelo de crescimento urbano, interessa agora debruçarmo-nos sobre questões que nos permitam decisões de projecto mais conscientes e direccionadas para a reconversão e requalificação do bairro do Casal Novo e consequentemente para contribuir para o aumento da qualidade de vida da sua população, como exemplo e modelo para outras AUGI semelhantes.

## **1.2 Objectivos e questões de trabalho**

O objectivo principal deste trabalho é apresentar estratégias e soluções que possam contribuir não só para a reconversão e requalificação do Bairro do Casal Novo, mas também para a promoção da qualidade de vida e coesão social dos seus habitantes, materializadas em projecto de arquitectura e desenho urbano,

centrando a investigação na questão: “ De que modo é que a implementação de um equipamento público poderá contribuir para a redinamização das vivências de grupo e responder às necessidades da população da AUGI do Casal Novo?”.

Naturalmente, a partir da questão inicial desenrolam-se outras questões de trabalho que se prendem sobretudo com:

#### **A formalização da proposta e a imagem do bairro:**

- De que modo é que um equipamento público poderá constituir um motor de desenvolvimento local?
- De que modo é que a formalização, não só do objecto arquitectónico, mas também do espaço público a si associado, poderá contribuir para a permanência e interacção dos seus utilizadores?
- De que modo é que o conjunto arquitectónico a desenvolver poderá reposicionar e valorizar o bairro no contexto do concelho de Odivelas?

#### **O programa e as necessidades da população:**

- Que programa arquitectónico será mais adequado para responder às necessidades da população em questão?
- Que tipo de valências deverá incluir este equipamento?

### **1.3 Metodologia e estrutura do trabalho**

Quanto à metodologia, o presente trabalho foi estruturado em 5 momentos distintos interdependentes mas relacionados entre si:

Numa primeira fase procedeu-se ao reconhecimento e diagnóstico do local de intervenção, através da recolha e análise de dados sobre o bairro. Para este efeito recorreu-se a uma metodologia de carácter qualitativo, sendo que as técnicas mais utilizadas foram a observação directa das diversas dimensões do local de estudo – física, económica, social, etc. – recolha e análise de cartografia e planos, e a recolha e análise de informação estatística do último recenseamento geral da população. A partir desta análise foi desenhado o diagnóstico SWOT que permitiu esclarecer quais as principais patologias da área de intervenção e lançar respostas provisórias para as mesmas.

A segunda fase correspondeu à recolha e análise de bibliografia, ao estudo de casos de referência e ao desenvolvimento de conceitos teóricos relevantes para o desenvolvimento do projecto de arquitectura e desenho urbano. No fundo o que se procurou foi obter um enquadramento teórico que suportasse posteriormente as decisões práticas.

A partir da fase anterior foi possível direccionar o trabalho prático e desenhar de forma mais consciente um programa arquitectónico que pudesse responder de forma mais adequada às perguntas de partida, tarefa que correspondeu à terceira fase de trabalho.

Numa quarta fase, o trabalho incidiu sobretudo no desenho das soluções urbanísticas e arquitectónicas finais, através da aplicação dos conhecimentos adquiridos nas fases anteriores.

Na última fase fez-se um balanço dos resultados. Foram retiradas conclusões sobre o trabalho, confrontando as directrizes do enquadramento teórico com as soluções práticas. Com esta reflexão pretendeu-se expor de forma pragmática os aspectos positivos da proposta especulando também sobre as oportunidades que poderá gerar e qual o trabalho futuro a fazer.

O presente trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos:

Um capítulo de introdução, onde se apresenta e justifica o tema. Um segundo capítulo onde se faz uma leitura e diagnóstico do caso de estudo, o bairro

do Casal Novo, nomeadamente do seu contexto histórico e evolução, situação e posição geográfica, características do seu terreno e construções, estrutura e centralidade, comércio e serviços, mobilidade e ainda população. Esta leitura do território permitiu construir um diagnóstico SWOT e avançar com respostas provisórias.

No terceiro capítulo exploram-se as questões relacionadas com as AUGI explicitando em primeiro lugar a sua definição. Neste capítulo é elaborado não só um contexto e enquadramento legal, de modo a entender a dimensão deste problema, mas também um quadro teórico sobre as consequências e nova abordagem ao problema.

O quarto capítulo corresponde ao quadro teórico sobre o espaço público. Em primeiro lugar define-se este conceito, passando-se posteriormente por uma contexto e evolução do espaço público europeu. Outro ponto explorado neste capítulo são algumas tipologias de espaço público, nomeadamente o traçado, a praça, os espaços verdes, e os equipamentos públicos. Por fim explana-se uma investigação sobre a importância do espaço público e o impacto na vida dos seus utilizadores, bem como sobre alguns parâmetros de qualidade, que permitissem um desenho mais consciente e eficaz na fase seguinte, a fase de projecto.

O quinto capítulo corresponde à explanação do projecto elaborado, abordando primeiro as estratégias de escala urbana, seguidamente o desenho urbano e por fim o projecto de arquitectura.

Por fim é feita a conclusão e discussão dos resultados obtidos

## **1.4 Contribuições**

Com o presente trabalho pretende-se responder positivamente à complexidade da problemática de áreas como o bairro do casal novo. Pretende-se apresentar estratégias e soluções, sustentadas por um quadro teórico onde se levantam questões relacionadas com potencial dos espaços públicos e equipamentos de utilização colectiva qualificados como motores de

desenvolvimento local. O objectivo é poder contribuir para a reconversão e requalificação do Bairro do Casal Novo, assim como para a promoção da qualidade de vida e coesão social dos seus habitantes, materializadas em projecto de arquitectura e desenho urbano.





*No capítulo seguinte podem ler-se a análise e diagnóstico efectuados ao bairro do Casal Novo, o bairro que corresponde ao local de intervenção para a parte prática do presente trabalho. O objectivo desta análise é conhecer melhor a realidade do bairro, traçando um quadro de diagnóstico e acção que permitirá desenhar respostas mais adequadas aos problemas existentes.*

## **2 O Bairro do Casal Novo - Leitura e Diagnóstico**

## **2.1 Contexto Histórico e Evolução**

### **O Concelho de Odivelas – Breve Enquadramento histórico**

Odivelas terá sido um local ocupado pelo homem desde cedo, sendo prova disso os vestígios megalíticos, romanos e árabes encontrados na região.

Este território foi, durante um vasto período, um zona predominantemente rural, procurada também para descanso e lazer dos mais ricos. Em meados do século XX, com a perda de importância do setor agrícola na economia nacional, o crescimento dos sectores secundário e terciário e o consequente êxodo rural, assiste-se em Odivelas a um acentuado crescimento demográfico a par de uma crescente utilização dos solos para fins não agrícolas, nomeadamente para construção e indústria. O período entre 1940 e 1980 marcou, nesta região, uma alteração profunda das características geográficas, económicas e socio-urbanísticas desta mesma.

Apesar de a vida municipal da região ter começado a desenvolver-se no início do século XX, só no ano de 1998 é que o município de Odivelas foi criado, sendo composto inicialmente por sete freguesias distribuídas uma área de 26.6 km<sup>2</sup>. Em 2013 foi decretada uma reorganização administrativa do território das freguesias, passando o município a contemplar apenas quatro: Odivelas, Pontina e Famões, Ramada e Caneças e Póvoa de Stº Adrião e Olival de Basto.



Figura 2 - Anta das Pedras Grandes, anos 20, séc. XX (Fonte: BOAVENTURA, 2009)



Figura 1 - Anta das Pedras Grandes, 1941 (Fonte: BOAVENTURA, 2009)

## Antes do bairro – sobre a Anta das Pedras Grandes

A anta das pedras grandes é um monumento funerário do megalítico, situado no Bairro do Casal Novo que está classificado como Monumento nacional desde 1944. Em 2004 foi realizada uma intervenção neste monumento com o intuito de reconstituir a sua aparência original. Durante esta operação apurou-se que a anta das Pedras Grandes terá sido um sepulcro composto por uma câmara poligonal de sete esteios, com cerca de 3,5 metros de largura, 3,2 metros de comprimento e 3 metros de altura, cobertos por uma grande laje de pedra. Este monumento é a construção mais antiga do concelho, com 5000 de idade.

## O Bairro do Casal Novo

O Bairro do Casal Novo começou a desenhar-se em meados dos anos 60 do século XX, na sequência do fenómeno de produção de habitação ilegal, iniciado no final da década de 50 do mesmo século.

Ainda que as primeiras construções tenham aparecido de forma tímida e junto às já existentes povoações – Caneças e Casal de Cambra – a verdade é que entre o final dos anos 70 e o princípio dos anos 80, o crescimento do Casal Novo se deu de forma abrupta. Se em 1977 apenas se observavam

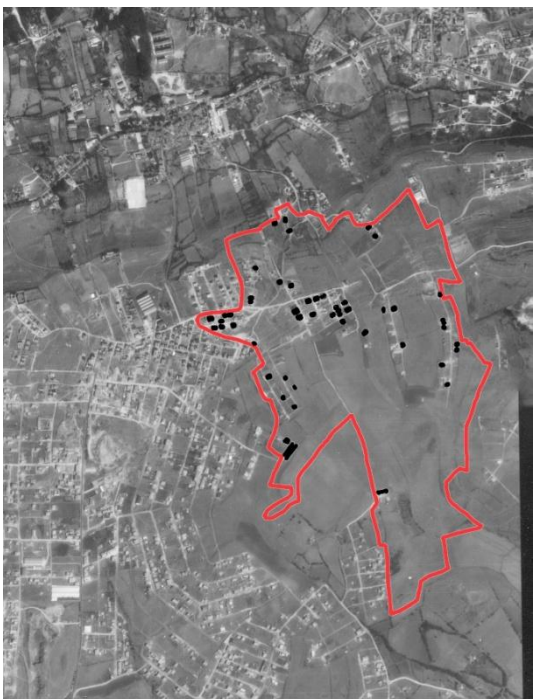


Figura 3 - Ortofotomapa 1977 (elaboração própria. Fonte: CMO)

pequenos aglomerados de construções – 6 a 8 habitações unifamiliares – junto a Casal de Cambra e a meio, da hoje denominada, Rua Brasil, já em 1982 os loteamentos quer da zona poente, quer da zona sul do bairro já se encontravam traçados, sendo até possível identificar a maioria dos arruamentos existentes na actualidade. No que toca à construção propriamente dita, em 1982 esta já está praticamente consolidada, não só em toda a zona poente do bairro, mas também entre a Rua Brasil e a Rua Marquês de Pombal e também ao longo da Rua Paz.



Figura 4 - Ortofotomapa 1982 (elaboração própria. Fonte: CMO)

Já na década de 80 registou-se, ainda que muito mais suave, um desenvolvimento considerável do bairro. Entre 1982 e 1990 registou-se a construção de uma grande parte das construções situadas na zona sul do bairro. Outro acontecimento digno de realce é o desenho da actual Rua Figueirinha, que constitui, na actualidade uma via distribuidora de 2ª ordem no PDM, e que permitiu um novo acesso ao bairro a partir do seu lado nascente.



Figura 5 - Ortofotomapa 1990 (elaboração própria. Fonte: CMO)





Figura 6 - Ortofotomapa 2005, (elaboração própria. Fonte: CMO)



Figura 7 - Bairro Casal Novo na AML, (elaboração própria. Fonte: Google Maps)



Figura 8 - Bairro do Casal Novo no concelho de Odivelas (elaboração própria. Fonte: Google Maps)

Na década de 90 a construção abranda significativamente dentro do bairro, apenas se registando um ligeiro aumento do número de construções junto às já existentes. Nesta altura o bairro já se encontrava completamente estabilizado e com o aspecto semelhante ao actual. Esta estabilização coincide com a entrada em vigor do regime jurídico actual de excepção para loteamentos clandestinos.

Desde os anos 2000 e até à actualidade, apenas se registam a construção dos conjuntos de habitação coletiva e de algumas tipologias ligadas à indústria.

## 2.2 Situação e posição geográfica

Não constituindo uma excepção na sua condição de AUGI, o Bairro do Casal Novo é uma área visivelmente desestruturada, carente de ordem, hierarquia e caracterização, onde, à semelhança de tantas outras AUGI, não existem nem espaços nem equipamentos públicos adequados ou com qualidade. Na verdade, este bairro está numa posição particularmente frágil, já que para além do anteriormente descrito, também se encontra no limite de um município periférico de Lisboa, sendo a sua administração dividida entre duas freguesias

– Caneças e Famões.

### 2.3 Características do terreno e da construção

O Bairro do Casal Novo tem cerca de 8ha e situa-se num planalto cujo ponto mais alto se encontra à cota 291.0, estando separado do centro de Caneças por uma encosta com um declive máximo de 18%. Esta encosta constitui, para além de uma barreira física, uma barreira psicológica, já que o esforço que representa a deslocação até Caneças faz aumentar a distância psicológica entre os dois locais, o que origina segregação e isolamento territorial.

A moradia unifamiliar de dois pisos é a tipologia de construção dominante no local, sendo ainda de referir que há uma predominância dos muros que delimitam os lotes de cada construção. Não existem elementos construídos que se destaquem na paisagem, sendo que os conjuntos de edifícios de habitação colectiva existentes, apenas apresentam três pisos cada um.

A construção existente no bairro encontra-se dispersa, sendo que uma grande percentagem dos terrenos não está ocupada por construção, mas sim por hortas, ou estão simplesmente abandonados, existindo cinco terrenos baldios de dimensão considerável.



Figura 9 - Vista da encosta - acesso ao bairro a partir de Caneças (Fonte: Bing Maps)



Figura 10 - Acesso ao bairro a partir de Caneças - subida da encosta (Fonte: fotografia tirada pela autora)



Figura 11 - Moradia Unifamiliar de dois pisos - Bairro do Casal Novo (Fonte: fotografia tirada pela autora)



Figura 12 - Vista aérea do bairro mostrando dispersão da construção (Fonte: Bing Maps)

## 2.4 Estrutura e Centralidade



Figura 13 - Vista do terreno 2 (Fonte: fotografia tirada pela autora)



Figura 14 - Vista do terreno 3 (Fonte: fotografia tirada pela autora)



Figura 15 - Vista do terreno 4 (Fonte: fotografia tirada pela autora)



Figura 16 - Vista do terreno 5 (Fonte: fotografia tirada pela autora)

Uma análise ao Bairro do Casal Novo é esclarecedora, não só da falta de planeamento urbano, mas também da prioridade atribuída ao espaço privado, sendo notório, que o espaço público é entendido como o espaço sobrando - o espaço em redor das habitações, ou os terrenos baldios abandonados. De facto neste bairro, não existem propriamente ruas, jardins ou praças, não há ordem hierarquia ou caracterização. O que observamos são acessos, caminhos e terrenos, onde tudo parece igual e desqualificado.

Apesar da falta de planeamento, é possível identificar uma certa centralidade no bairro, correspondente à Rua Brasil (figura 3) e à Rua Casal do Abadeço, classificadas, respectivamente, como vias distribuidoras de 2ª e 1ª ordem pelo PDM. Foi nestas ruas que nasceu a maioria das primeiras construções do bairro, sendo aí, ou na sua proximidade que actualmente se encontra a maioria do comércio e serviços do Casal Novo.

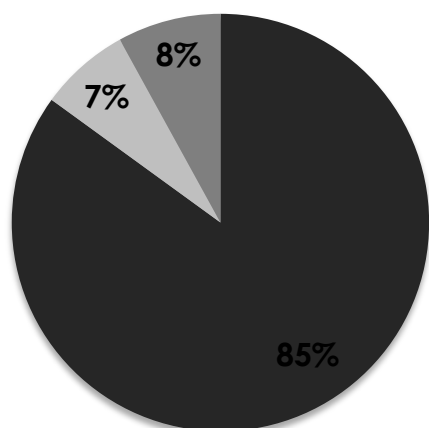


## Mapa de Estrutura e Centralidade



Figura 17 - Mapa de estrutura, centralidade e distribuição do comércio no bairro

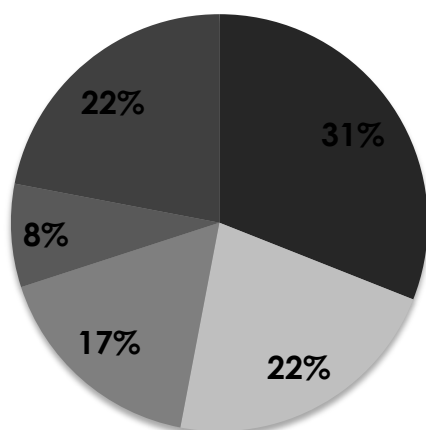
Peso dos Equipamentos, do Comércio e dos Serviços dentro do bairro



■ Comércio ■ Serviços ■ Equipamentos

Gráfico 1 - Peso dos equipamentos, do comércio e dos serviços no bairro (Fonte: elaboração própria)

Distribuição do Comércio por tipo



■ Restauração  
 ■ Oficinas  
 ■ Comércio de Proximidade  
 ■ Materiais de construção  
 ■ Outro Comércio

Gráfico 2 – distribuição do comércio por tipo (Fonte: elaboração própria)

## 2.5 Comércio e Serviços

O comércio e serviços existentes no bairro estão, como descrito acima, polarizados, sendo insuficientes, já que, para além de não cobrirem toda a área do mesmo, também não se regista nem variedade, nem equilíbrio quanto ao seu tipo. Observa-se um predomínio do comércio sobre os equipamentos e serviços (~ 85%), nomeadamente da restauração, e das oficinas de automóveis.

Já os serviços, representando uma pequena parte dos usos não habitacionais, também são escassos, já que se resumem a uma farmácia, a um escritório de contabilidade, e a dois centros de estudos, não existindo, por exemplo uma agência bancária, multibanco, posto dos correios ou esquadra de polícia.

No que toca a equipamentos públicos, apenas se registam a escola E.B. Cesário Verde, a Igreja, a associação de moradores, e um pequeno parque. Todos os edifícios correspondentes a estas instituições são estruturas de dimensões reduzidas ou sem qualidade arquitectónica e em mau estado de conservação.

## 2.6 Mobilidade

A carência de estruturas públicas leva a uma mobilidade forçada da população do Casal Novo, não só às áreas circundantes, nomeadamente ao centro de Caneças e a Casal de Cambra, mas também aos centros de Odivelas e de Lisboa, a fim de poder aceder a equipamentos de saúde, educação e lazer, a um comércio mais variado e adequado às suas necessidades básicas, e ainda ao local de trabalho.

Esta mobilidade, de certo modo, obrigatória, encontra-se dificultada pela insuficiente rede de transportes, cujo tempo médio de viagem corresponde, aproximadamente, ao dobro do tempo de deslocação em viatura própria.




						
	Km	Min.	Km	Min.	Km	Min.
Câmara Municipal de Odivelas	4,5	10	4,4	48	5,5	30
Dolce Vita Tejo	4,7	9	4	44	5,5	15
Strada Outlet	4,7	9	4,1	46	5,3	13
Centro de Saúde De Caneças	1,5	5	1,5	18	1,5	7
Centro de Saúde De Famões	1,1	3	1,1	13	1,1	5
Hospital Beatriz Ângelo	5,6	11	5,1	63	12	39
Junta Freg. Caneças	1,1	4	1,1	13	1,3	6
Junta Freg. Famões	4,7	9	4,1	46	5,3	13

Tabela 1 - distância tempo a equipamentos de referência a partir do bairro (Fonte: análise de turma MIARQ5B 2013)



Figura 18 - Mapa distância/tempo às várias coroas da AML - Transportes públicos (Fonte: análise de turma MIARQ5D 2013)



Figura 19 - Mapa distância/tempo às várias coroas da AML – Carro (Fonte: análise de turma MIARQ5D 2013)

## 2.7 População

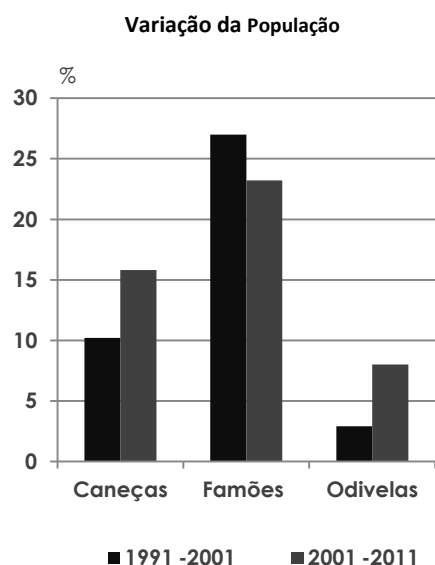


Gráfico 3 - Variação da população (elaboração própria, Fonte: CMO)

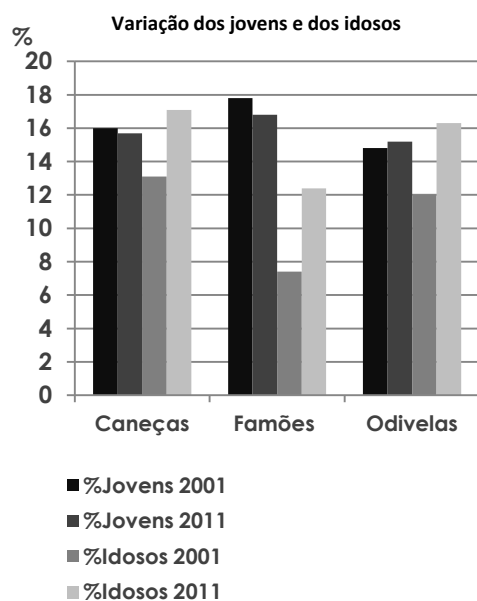


Gráfico 4 - Variação dos jovens e idosos (elaboração própria, Fonte: CMO)

Índice de Envelhecimento	2001	2011
Caneças	82	108,6
Famões	41,6	73,8
Odivelas	81,1	107,3

Tabela 2 - Índice de envelhecimento (elaboração própria, Fonte: CMO)

Segundo dados da análise dos censos 2011 efectuada pela Câmara Municipal de Odivelas, a população das freguesias de Caneças e Famões, freguesias nas quais o bairro se insere, é uma população que tem vindo a crescer, nos últimos vinte anos registando-se uma tendência para o seu envelhecimento. De facto a percentagem de jovens (~16%) é próxima da percentagem de idosos (~15%), mas se analisarmos a variação da população por faixa etária, verificamos um aumento muito mais significativo de pessoas acima dos 65 anos do que de jovens.

A população destas freguesias caracteriza-se por ter um baixo grau de qualificações académicas, já que mais de metade desta população possui apenas o ensino básico, com especial incidência no primeiro ciclo, sendo que apenas cerca de 13% possui formação superior.

No que toca ao trabalho e à actividade, cerca de 52% da população é activa sendo que se regista um aumento abrupto da taxa de desemprego, e da dependência dos grupos inactivos, nomeadamente dos idosos, nos últimos dez anos.

É ainda de referir que nas mesmas

freguesias cerca de 16% da população com 5 ou mais anos sofre de algum tipo de dificuldade ou incapacidade, sendo que esta abordagem assume especial relevância entre a população com mais de 65 anos, uma vez que neste caso esta percentagem sobe aos 50%.

## 2.8 Aspirações da população

Um inquérito à população do bairro revelou que os equipamentos mais importantes para a população são o desportivo (45%), o centro de dia, (~35%) e o centro comunitário (~30%). No que toca aos programas a implementar, este inquérito revelou que é mais importante para os habitantes do Casal Novo terem biblioteca (~40%), salas de estudo (~35%), de actividades (~35%), convívio (~30%) e

informática (~30%).

Pop. Residente por nível de Qualificação

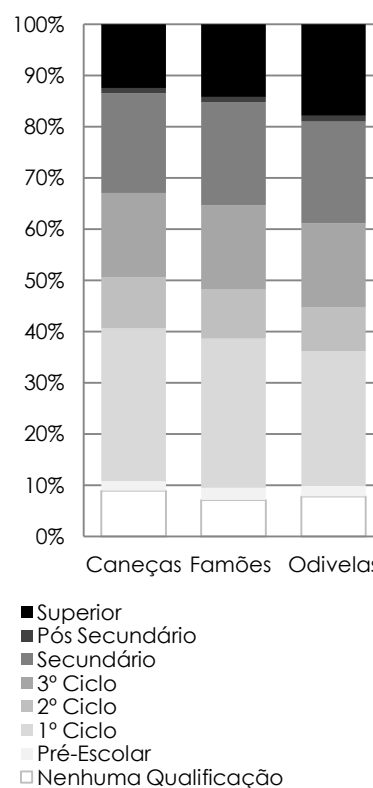


Gráfico 5 - Nível de qualificação da população (elaboração própria, Fonte: CMO)

Equipamentos por importância para a pop. do bairro

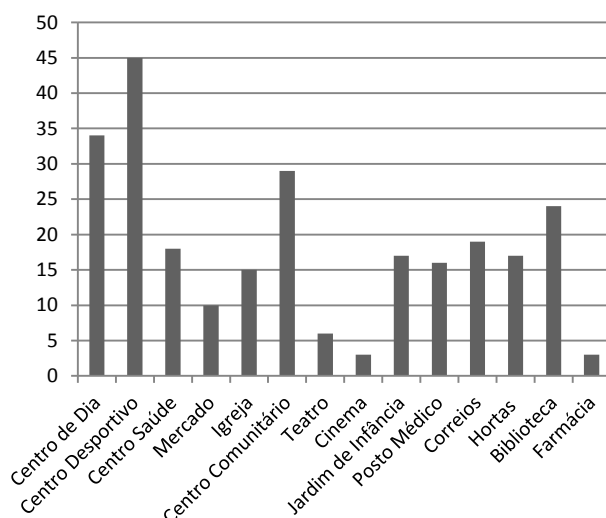


Gráfico 7 - Importância dos equipamentos para a população (elaboração própria, Fonte: análise de turma MIARQ5B 2013)

Programa por importância para a pop. do bairro

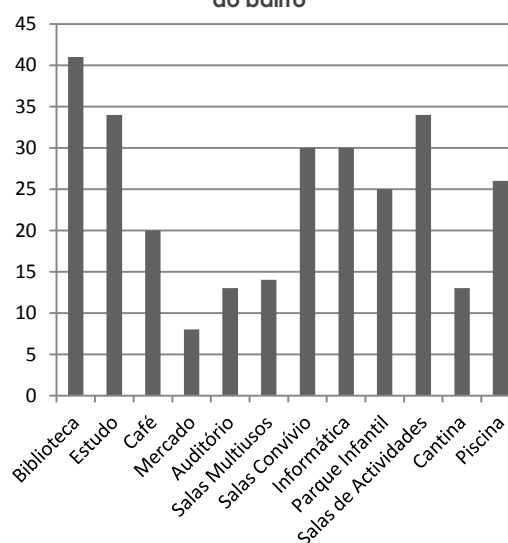


Gráfico 6 - Importância dos programas para a população (elaboração própria, Fonte: análise de turma MIARQ5B 2013)

## 2.9 Análise SWOT - Strengths Weaknesses Opportunities Threats

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Antadas pedras Grandes</p> <p>Zona calma e tranquila</p> <p>Habitação a preços acessíveis</p>	<p>Eminente carência de ordem, hierarquia e caracterização</p> <p>Falta de Planeamento urbano</p> <p>AUGI</p> <p>Inexistência de espaços e equipamentos públicos adequados</p> <p>Falta de caracterização do espaço público existente</p> <p>Fraca qualidade arquitectónica da generalidade do edificado</p> <p>Maus acessos</p> <p>Insuficientes transportes públicos</p> <p>Zona Periférica</p> <p>Bairro dividido entre duas freguesias</p> <p>Insuficiente oferta de comércio e serviços</p> <p>Insuficiente oferta de emprego</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Reconfigurar acessos</p> <p>Converter a situação ilegal do bairro</p> <p>Valorizar o património existente</p> <p>Pensar desenhar e qualificar os espaços públicos</p> <p>Equipar adequadamente o bairro</p> <p>Promover a inclusão e a interacção da comunidade</p> <p>Reposicionar o bairro no contexto do concelho de odivela</p>	<p>Segregação territorial e social</p> <p>Falta de coesão social</p> <p>Desarticulação sociocomunitária</p> <p>Mobilidade forçada</p> <p>Deterioração do edificado</p>

**Tabela 3 - Análise SWOT (Fonte: elaboração própria)**

Uma posição periférica e frágil, e a carência de planeamento urbano e de equipamentos e espaço público qualificados, aliadas a uma mobilidade diária forçada aos locais devidamente equipados, contribuem para a emergência dos fenómenos de desarticulação sociocomunitária e de segregação territorial e social, que em muito afectam a qualidade de vida da população do bairro.

Em suma, o Casal Novo é um bairro cujos pontos fracos se sobrepõem, em grande medida aos pontos fortes, pelo que as ameaças são mais eminentes do que

as oportunidades. Estas são, ainda assim, vastas sendo sobre elas que deverá incidir o trabalho.

## **2.10 Conclusões do capítulo**

É evidente que reconverter e reabilitar este bairro passará por uma intervenção ao nível do seu espaço público. Será necessário fazer um reperfilamento e hierarquização das ruas, quando possível, traduzidos no alargamento dos passeios e redenho das vias de modo a atribuir identidade ao bairro e a privilegiar o peão e os percursos a pé. A inclusão de uma esturra verde e de uma rede arborizada também poderão contribuir para tais fins. Para além de trabalhar o traçado, considera-se importante trabalhar também os vazios da malha, e desenhar um local, como uma praça ou um largo, que reúna a centralidade do bairro e possa servir de palco para actividades de lazer, bem como para o encontro e sociabilização dos moradores do bairro. Tal espaço ganhará mais qualidade se for devidamente articulado com edifícios de utilização colectiva.

Para além de intervir ao nível do espaço público, considera-se também incontornável a implementação de pelo menos um equipamento público, que funcione como promotor da integração e interacção dos habitantes do bairro, suprimindo em certa medida, pela sua abrangência programática, as necessidades de espaço e equipamento públicos da população. Considera-se particularmente importante ocupar a população inactiva, criando um local que possa oferecer espaço tanto para formação como para actividades de ocupação de tempos livres. Outro aspecto importante é o reposicionamento do bairro no contexto do concelho de Odivelas, pelo que uma das soluções para este fim poderia ser a criação de um equipamento que atribuísse alguma centralidade ao Casal Novo, como por exemplo uma biblioteca ou mediateca, visto que este concelho apenas detém uma biblioteca pública, localizada na freguesia de Odivelas. A implementação de tais equipamentos poderia criar novas dinâmicas sociais e até económicas, de emprego, mobilidade e transportes.

Outro equipamento que é relevante repensar é a igreja, visto que a existente no bairro é provisória, encontrando-se em mau estado de conservação. A igreja poderá funcionar como polo de acção social, dando também apoio à generalidade da população do bairro.

Considera-se ainda que revalorizar a anta das Pedras Grandes, património arqueológico e fonte de memória colectiva e instrumento de estudo que permite traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente poderá, a par com o acima descrito, contribuir para o reposicionamento e valorização do Casal Novo no contexto do concelho de Odivelas e até da AML.

Antes de iniciar a proposta de projecto, construiu-se um quadro teórico que permitisse aprofundar conhecimentos sobre a origem e evolução de territórios de génese ilegal, bem como sobre o seu processo de reconversão. Considerou-se também necessário um estudo mais aprofundado sobre o espaço e equipamento públicos em contexto urbano, que permita não só entender a sua importância e relacionar a sua qualidade com a qualidade de vida dos seus utilizadores, mas também apurar os factores que distinguem os espaços públicos com qualidade.





*Conhecer mais aprofundadamente a origem, evolução e processo de reconversão dos territórios de génese ilegal é imprescindível para perceber quais os contornos da reconversão urbanística destes locais, e apresentar respostas mais concretas e eficazes para os seus problemas. Foi com essa intensão que foi elaborado o capítulo seguinte cuja estrutura está organizada no sentido de primeiro definir estas áreas e perceber a sua origem e evolução, para seguidamente apurar quais as consequências do seu crescimento, e de que modo podem ser reconvertidas com mais sucesso.*

### **3 Áreas Urbanas de Génese Ilegal - AUGI**

“Uma boa gestão do parcelamento do solo é condição indispensável para que a cidade tenha um crescimento harmónico, que respeite o meio ambiente e propicie qualidade de vida aos que nela habitam e trabalham” (ALVES, 2009, p.3)

### 3.1 Definição

O termo Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) designa segundo a Lei nº 91/95, de 2 de Setembro, “os prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenham sido objecto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção” (artigo 1º, n.º2), isto é, conjuntos de construções, ou bairros, que foram construídos sem controlo legal, não tendo sido, consequentemente, alvo das devidas operações urbanísticas que definissem áreas de cedência para espaços e equipamentos públicos, espaços verdes, vias e passeios. Estas áreas representam um consumo desgovernado do território das periferias das grandes cidades, nomeadamente de Lisboa, o que comprometeu o desenvolvimento harmónico e sustentável das mesmas. (ALVES, 2009)

### 3.2 Contexto Histórico e Enquadramento Legal

#### Génese

O fenómeno da periurbanização clandestina iniciou-se no final da década de 50 do século XX, aquando do crescimento industrial em Portugal, que atraiu grandes contingentes populacionais do interior do país, para as áreas urbanas, em busca de novas oportunidades. (PORTAS, 2007) Esta grande afluência de pessoas aos centros urbanos mais desenvolvidos, nomeadamente à Área Metropolitana de Lisboa, despoletou, consequentemente, uma grande procura de habitação por parte desta população recém-chegada à cidade, que se deparou, não só, com o fenómeno da especulação imobiliária e elevados preços das habitações, mas também com a falta da capacidade de resposta das autarquias. Ora, *“Uma população urbana crescente, ainda mal paga e trabalhando sobretudo nas novas indústrias, não se coadunava com o produto especulativo das operações privadas. Foi neste contexto que se processou o desenvolvimento dum sector “informal” na produção de habitação.”* (GONÇALVES, cit in RAPOSO et al., 2010, p.174)

## **Década de 60**

A década de 60 ficou então marcada pelo desenvolvimento da actividade dos loteadores ilegais, que adquiriam e dividiam um terreno em parcelas mais pequenas, os denominados lotes, vendendo-os, sem no entanto acarretarem a responsabilidade de os urbanizar, pelo que *“a população adquiria uma parcela de terreno (rústico) para construção (ilegal), não urbanizada, ou seja, sem vias pavimentadas, nem rede de água ou esgotos, recolha de lixo, transporte público ou equipamentos públicos”*. (JORGE in RAPOSO et al., 2010, p.147) Deste modo inverteu-se o processo de urbanização, já que a infraestruturação era feita posteriormente à construção, o que tornou o loteamento ilegal mais barato e consequentemente mais procurado. (SOARES, 1984)

Assistiu-se deste modo a uma expansão urbana crescente, mas nem por isso estruturada. O desenho e ocupação dos lotes fez-se sem qualquer tipo de ordem ou regra, isto é, não só o desenho dos lotes era feito de forma alheia às características do local e privilegiando o espaço privado, mas também a forma de ocupação destes mesmos lotes e a tipologia de construção a implementar se encontravam a cargo de cada um dos proprietários, condicionadas apenas pelos seus anseios e capacidade financeira. (JORGE in RAPOSO et al., 2010)

Ora, o Estado estava limitado pela falta de enquadramento legal para a divisão do solo, aos loteadores apenas lhes interessava o negócio, e às populações, apenas lhes interessava construir uma casa, sendo que nenhum destes dois últimos ambicionava construir cidade. Esta conjuntura levou a uma expansão urbana desordenada, invadindo e fragmentando espaços abertos, afectando a sua qualidade e potencial ecológico, paisagístico e produtivo.

## **Década de 70**

Para enquadrar esta situação de expansão foi aprovado em 1965 o primeiro diploma legal (DL 46673/65) que fez depender de licenciamento municipal as operações de loteamento urbano e mais tarde, em 1973, um segundo (DL 289/73), que proibiu a venda de parcela rústicas como lotes para construção. Apesar da aprovação deste novo quadro legal, a venda de parcelas persistiu, recorrendo-se,

para o efeito, ao fraccionamento dos prédios rústicos em “avos” indivisos, isto é, “os compradores de cada um dos avos passavam a proprietários efectivos, não de um lote, mas de uma não delimitada fracção da propriedade”. (CABRAL, 2011.) Salienta-se ainda que estas novas leis se demonstraram particularmente ineficazes, já que para além de não terem impedido, efectivamente, o loteamento e a construção ilegais, apenas se debruçaram sobre a questão do licenciamento, não tendo sido abordadas questões relacionadas com o espaço e as infraestruturas públicas, sendo que “as exigências de execução das obras de urbanização de cedências de terrenos para domínio dos municípios, para espaços verdes e equipamentos, não entravam no quadro de relações entre Estado e promotores (...)” (JORGE in RAPOSO et al., 2010, pág. 149) Persistiu então, uma ocupação dispersa e desenquadrada do território o que comprometeu uma futura expansão ordenada do espaço urbano.

### **Pós 25 de Abril**

A conjuntura após Abril de 1974, ou seja, a chegada dos retornados, o crescente número de imigrantes provenientes dos PALOP, o êxodo rural que ainda se fazia sentir significativamente, bem como a instauração das liberdades democráticas, geraram, mais uma vez, uma grande procura de habitação. No entanto, o Estado não reunia ainda os meios necessários para responder às necessidades de habitação e de infraestruturas básicas da população, não tendo tido, tão pouco, capacidade de impedir o desenvolvimento dos loteamentos clandestinos e das construções ilegais, pelo que se atravessou uma fase de permissibilidade e tolerância perante o fenómeno do clandestino, o que veio, mais uma vez, a contribuir para a expansão caótica do espaço urbano português. (CABRAL, 2011)

Só em 1976 é que se abordou, pela primeira vez, de forma explícita, o fenómeno do clandestino, com a saída de mais um pacote legislativo. É possível verificar uma mudança de atitude do legislador perante as questões relacionadas com a expansão sustentável do espaço urbano. Para além de terem sido incluídas três medidas de actuação: legalização, manutenção temporária, ou demolição, o DL 804/76 de 6 de Novembro previu, para os Projectos de Urbanização ou

Reconversão “o equipamento social e as infraestruturas necessárias a instalar ou melhorar e o volume das despesas a realizar para esse efeito” bem como “as redistribuições, correcções ou reduções que eventualmente se mostrem indispensáveis nos diversos lotes, para adequado reordenamento da área, incluindo a obtenção dos terrenos necessários para as infraestruturas e o equipamento social (...)”. (Artigo 6 do DL 804/76 de 6 de Novembro)

### **Década de 80**

Mas só na década de 80, com a proibição da venda de parcelas em “avos” (DL 400/84), a diminuição do fluxo migratório para os centros urbanos, a desburocratização camarária, e a institucionalização dos PDM é que o fenómeno clandestino abrandou. Ao longo deste período foram feitas algumas intervenções ao nível do espaço público e das infraestruturas básicas, levadas a cabo, sobretudo, pelos moradores destes bairros e suportadas, em muitos dos casos, pelos municípios, mas a questão da reconversão destas áreas, só foi encarada de forma mais incisiva na década seguinte.

### **1995 - Lei das AUGI**

Em 1995 entrou em vigor o regime jurídico actual, de excepção para loteamentos clandestinos que imputou aos particulares o “dever de conformar os prédios que integram a AUGI com o alvará de loteamento ou com o plano de pormenor de reconversão, nos termos e prazos a estabelecer pela câmara municipal” (n.º 2 do art. 3º) e o “dever de participar nas despesas de reconversão” (n.º 3 do mesmo artigo) “. O fenómeno do crescimento das AUGI foi, deste modo, finalmente estancado, mas nem por isso os problemas a si associados ficaram resolvidos, como se verá de seguida. (JORGE in RAPOSO et al.)



## **Institucionais**

Para além das consequências e implicações ao nível físico-urbano, o desenvolvimento das AUGI teve também consequências a nível institucional, já que, em muitos dos casos, se tornou impossível para os municípios comportar os custos inerentes à infraestruturação e construção de equipamentos nestas zonas. É ainda de referir que a complexidade dos processos de reconversão e a existência de incompatibilidades entre os diferentes actores destes processos, obrigou à criação de gabinetes próprios para a sua coordenação gerando despesas adicionais.

## **Sociais**

As consequências de cariz físico-urbano tiveram, por sua vez, implicações de ordem social, já que as condições do território afectam de forma directa o quotidiano e a qualidade de vida dos seus habitantes. Ora, um “focos” no espaço privado, aliado à notável carência de equipamentos e espaços públicos qualificados e adequados, bem como uma mobilidade diária forçada aos locais devidamente equipados, muitas vezes dificultada por uma deficiente rede de transportes e estrutura de acessos viários, levou, em muitos casos, não só à segregação social e ao isolamento das populações residentes nestes locais, mas também a uma desintegração da sua vida sociocomunitária, e consequentemente da sua coesão social. (ARAÚJO, 2011)

Em suma, a grande consequência do crescimento informal das cidades terá tido sido a degradação da qualidade de vida dos seus habitantes, materializada em fenómenos como a segregação social, ou desintegração do sentimento de inclusão e pertença partilhado pelos membros de uma comunidade, gerado pela oportunidade de participar activamente nos assuntos públicos e de gozar de igual acesso aos bens e serviços. Como tal, as reconversões destas áreas deverão ser feitas no sentido de melhorar a qualidade de vida dos seus residentes, isto é, dever-se-á repensar o que foi feito em muitas reconversões que se centraram apenas na questão da legalização dos lotes e das habitações, e na simples infraestruturação dos bairros, e dar a devida atenção, às questões ligadas à qualificação do espaço público dos mesmos. (JORGE in RAPOSO et al.)



### 3.4 Processo de Reconversão

No que toca ao processo de reconversão das AUGI, identifica-se como momento-charneira a saída da anteriormente referida lei 91/95 de 2 de Setembro, ou como comumente conhecida, Lei das AUGI, já que esta constitui um regime de excepção para a reconversão destas áreas, que se propõe a resolver e delimitar as questões inerentes a estes territórios, dentro de prazos reduzidos, promovendo o associativismo entre (com)proprietários – as administrações conjuntas, ou CAC – e a sua intervenção de forma activa e responsável nos diferentes estágios do processo, imputando-lhes ainda o dever de reconversão. (REIS, 2007)

#### **Delimitação**

A primeira etapa para a reconversão é a delimitação destas áreas, feita pela respectiva Câmara Municipal, por sua iniciativa ou a pedido de particulares interessados, podendo ser delimitadas como AUGI *“os prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenham sido objecto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 400/84, de 31 de Dezembro, e que, nos respectivos (...) PMOT, estejam classificadas como espaço urbano”* ou *“os prédios ou conjuntos de prédios parcelados anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 46673, de 29 de Novembro de 1965, quando predominantemente ocupados por construções não licenciadas.”* (Artigo 1 da Lei 91/95)

#### **Iniciativa particular**

Após a delimitação, e se o processo for iniciado por particulares, segue-se o pedido de loteamento, entregando-se na câmara todos os documentos necessários. A este momento, segue-se um período, de consultas e vistorias de verificação da conformidade dos documentos entregues com a realidade existente na AUGI, após o qual a câmara municipal delibera sobre o pedido de loteamento no prazo de 60 dias. Se este pedido for deferido é emitido o alvará de loteamento, isto é, o documento que licencia o loteamento, estabelecendo *“a lista dos factos*

*sujeitos a registo predial"*, bem como a *"a quota de comparticipação de cada lote nos custos das obras de urbanização"* (nº2, do artigo 18 da Lei 91/95), no fundo o alvará de loteamento corresponde ao título de reconversão.

### **Iniciativa municipal**

Por sua vez, se o processo for iniciado pela câmara municipal, este pode seguir ou sob a forma de operação de loteamento, seguindo um processo semelhante ao de iniciativa particular, ou sob a forma de plano de pormenor, isto é sob a forma de um plano, subordinado ao PDM e consequentemente ao PMOT, que estabelece com rigor os usos do solo para uma área relativamente reduzida do território municipal, e onde o *"a certidão do plano de pormenor substitui o alvará de loteamento para efeitos de registo predial"*. (nº4, do artigo 30 da Lei 91/95)

O processo de reconversão por iniciativa municipal pode ou não ser realizado com o apoio da administração conjunta, sendo que no primeiro caso é realizado um contrato de urbanização entre as duas entidades *"que delimita as atribuições e o âmbito de intervenção de cada uma"*. Já se o processo não contar com o apoio da administração conjunta, *"a câmara municipal remete, conforme o caso, o alvará de loteamento ou a certidão do plano de pormenor ao serviço de finanças, bem como à conservatória do registo predial, que procede à sua inscrição e dos ónus e outros factos sujeitos a registo deles constantes"* (nº5, do artigo 32 da Lei 91/95), sendo que *"o pagamento das comparticipações nos encargos da urbanização (...) é assegurado por hipoteca legal sobre os lotes que integram a AUGI"* (nº2, do artigo 33 da Lei 91/95).

Apenas após a obtenção do título de reconversão, quer nos processo de iniciativa particular quer nos de iniciativa privada, é que se pode dar início ao processo de legalização das construções, sendo que só no fim desse processo, com a obtenção da licença de utilização, é que o território está totalmente legalizado.

A lei das AUGI tornou o processo de legalização destas áreas, de um modo geral, mais célere, mas devido à multiplicidade de situações existentes, catorze anos após a sua implementação, a resolução dos problemas inerentes às AUGI está longe de ser alcançada. (JORGE in RAPOSO *et al.*, 2010)

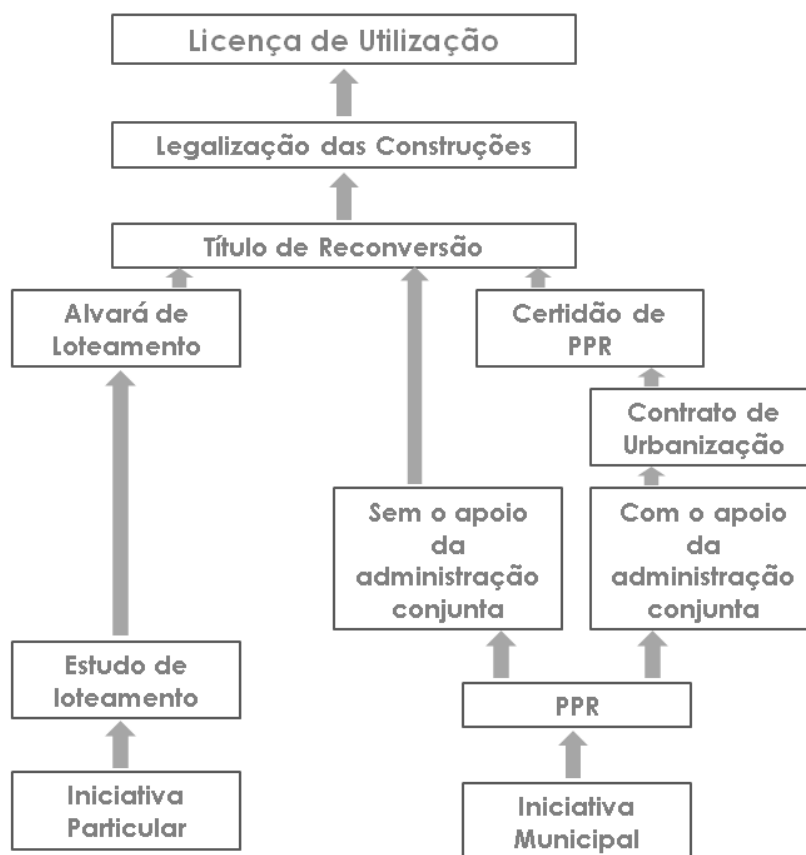


Figura 22 - Esquema do processo de reconversão (Elaboração própria, Fonte: ARAÚJO, 2011)

### 3.5 Da reconversão à qualificação

Na generalidade dos casos, os processos de reconversão incidiram sobretudo na legalização do território e das construções, bem como na sua infraestruturização, dissociando-se da requalificação urbanística e da qualificação do espaço público, o que levou à consolidação de uma estrutura onde espaço privado vem em primeiro plano, em detrimento do espaço público. (ibid) Ora, o espaço e os equipamentos públicos de qualidade e adequados concorrem para a qualificação

da cidade, já que são o *"principal património comum dos habitantes da cidade (...) e um elemento primordial na estruturação dos tecidos urbanos."* São igualmente um *"palco onde se exprimem a vivência individual e colectiva da cidade"*, exprimindo *"muito do que é cada cidade e da sociedade que nela habita"*. (CAMPOS in BRANDÃO, 2008, p.7) Assim, a carência de espaço público qualificado nas AUGI ainda constitui um problema por resolver.

Apesar de a lei das AUGI prever a cedência para o domínio público de áreas destinadas a espaços verdes e equipamentos, o seu texto é passível de várias interpretações, pelo que em muitos municípios não existe exigência de cedência efectiva de terrenos, podendo esta ser substituída pela compensação monetária.

Na verdade são diversos os entraves que condicionam a cedência efectiva de terrenos, e naturalmente a qualificação do espaço público nas AUGI: a inexistência de terrenos livres dentro da AUGI, bem como a falta de capacidade financeira dos proprietários para a aquisição de terrenos para cedência, a sua falta de interesse na qualificação do espaço público e alguma desconfiança em relação aos serviços municipalizados sobre o destino das áreas que irão ceder, ou ainda a sua motivação pela rentabilização do seu terreno através da sua venda ou aluguer, são factores que têm vindo a travar a qualificação do espaço público nas AUGI. (JORGE in RAPOSO *et al.*, 2010)

Apesar destes diversos entraves à reconversão urbanística, uma segunda geração dos habitantes das AUGI começa a ser mais exigente no que toca às necessidades de espaço público. Se a primeira geração de habitantes destas áreas pretendeu *"ruralizar o urbano"* de acordo com o seu *"habitus"* rural, já uma segunda geração, começa a ter necessidades fora da esfera privada, reflexo da ascensão social e de uma maior urbanidade. (JORGE in RAPOSO *et al.*, 2010) Começa então a crescer, ainda que lentamente, não só o interesse dos proprietários pela qualificação dos bairros onde moram, bem como a sensibilização por parte das autarquias para a importância da cedência de terrenos, e do espaço público como elemento reorganizador e reestruturador do território. (ibid)

A reconversão destes territórios começa agora a ser alvo uma nova abordagem, sendo possível identificar uma crescente consciencialização da

importância do espaço público na requalificação destes bairros, assente no entendimento do mesmo, (JORGE in RAPOSO *et al.*, 2010) não só como elemento primordial estruturador do tecido urbano, mas também como um elemento central que permite aos indivíduos reconhecerem-se e orientarem-se na cidade, e um palco onde se exprimem as vivências individuais e colectivas da mesma. (BRANDÃO, 2008)

Contudo nem sempre este entendimento é posto em prática nas requalificações, e nem sempre tem significado para as populações delas distantes ou distanciadas. É importante que as intervenções ao nível do espaço público nas AUGI abarquem o estudo das vivências e da qualidade dos lugares de referência existentes dentro dos bairros e já apropriados pelos moradores, entrando em linha de conta com as dinâmicas locais, através da negociação e estreita interacção com os moradores e proprietários. (JORGE in RAPOSO *et al.*, 2010)

### **3.6 Conclusões do capítulo**

O fenómeno da periurbanização ilegal, designado em 1995, pelo regime de excepção para loteamentos ilegais, por AUGI, surgiu a par dos movimentos migratórios que se fizeram sentir em Portugal durante a segunda metade do século XX. Estas áreas representam um consumo desgovernado do território que comprometeu, em larga escala, o desenvolvimento sustentável do espaço urbano português.

O crescimento destas áreas deveu-se, na sua maioria à falta de legislação que regulasse eficazmente o uso dos solos, mas também à falta de capacidade de resposta do Estado às necessidades de habitação que se faziam sentir, e ainda a um panorama de instabilidade política a partir de 1974, que conduziu a um período de permissibilidade e tolerância perante todo o fenómeno do loteamento e construção clandestinos.

Só em 1995 é que o avanço deste tipo de ocupação do território foi travado, mas mais de 30 anos de crescimento das AUGI deixaram marcas irreversíveis no ordenamento do território que ainda se reflectem na qualidade de vida das

populações destas áreas. Como foi dada primazia ao espaço privado, as populações das AUGI não têm hoje condigno acesso a espaços e equipamentos públicos, bem como a comércio e serviços que garantam as suas necessidades básicas, pelo que são obrigadas a uma mobilidade diária, não raras vezes dependente de viatura própria. Vincam-se assim os fenómenos de segregação social e territorial, bem como de desintegração sociocomunitária. A acrescentar a isto pode dizer-se que a qualidade de vida destas populações é ainda afectada pelos morosos e complexos processos de legalização, que implicam esforços adicionais a vários níveis.

Estudar mais aprofundadamente o fenómeno das AUGI, permitiu confirmar que requalificar a maioria destas áreas, nomeadamente a do Bairro do Casal Novo, passará necessariamente por qualificar o seu espaço público, e ainda pela implementação de um equipamento que possa atenuar alguns dos problemas acima referidos.



*Visto que o crescimento urbano desordenado, nomeadamente o originado pelo fenómeno do loteamento e construção ilegais, deu origem, nestas áreas, a sérias debilidades e carências ao nível do espaço e dos equipamentos públicos, e que por sua vez, estas carências tiveram consequências consideráveis a vários níveis, nomeadamente físico-urbano, institucional e social, levantam-se agora novas questões relevantes se pensarmos na requalificação destas áreas: O que é o espaço público, e que tipologias estão abrangidas por este conceito? Qual é, afinal, a grande importância do espaço público? O que distingue os espaços públicos com qualidade? É sobre estas questões que incide o seguinte capítulo.*

## **4 O papel do espaço e do equipamento públicos em contexto urbano**

*“Poderá dar-se o nome de cidade a conjunto que não possua edifícios públicos, ginásios, teatros, praças ou fontes com água corrente?” (Pausânias, geógrafo e viajante grego, II AC, tradução nossa)*



#### **4.1 Definição de espaço público**

O espaço público deverá ser o lugar de livre acesso e utilização pelos membros de uma sociedade.

“Em termos geométricos, trata-se da linha, da intersecção das linhas e do ponto de intersecção, (...) concretamente (...) poderíamos falar por um lado, de itinerários, de eixos ou de caminhos que conduzem de um lugar a outro, e foram traçados pelos homens, e por outro lado, de encruzilhadas e de praças onde os homens se cruzam, se encontram e se reúnem (...) ” (AUGÉ, 2005, p.50) No fundo, o espaço público é, nas suas diversas formas – rua, praça, terreiro, jardim ou parque – o elemento estruturador do tecido urbano, bem como do mapa mental que cada indivíduo faz e lhe permite orientar-se e reconhecer-se na cidade. (BRANDÃO, 2008)

Como principal património comum entre os habitantes da cidade, o espaço público é igualmente um palco da vida colectiva da mesma, onde deve tornar-se possível um diálogo entre moradores, (HERTZBERGER, 1999) já que até a mais modesta forma de contacto, como ver, ouvir ou estar perto de outros, é aparentemente mais recompensadora e prioritária que a maioria das outras atracções oferecidas nos espaços públicos das cidades. (GEHL, 2011)

O espaço público foi desde sempre, o espaço para acções, revoluções, celebrações constituindo uma fonte de forte representação pessoal, cultural e social, (HERTZBERGER, 1999) espelhando, pela forma como é organizado, construído, utilizado e mantido, não só o que é cada cidade, mas também a sociedade que nela habita. (BRANDÃO, 2011)

## 4.2 Contexto e evolução do espaço público europeu

### Grécia

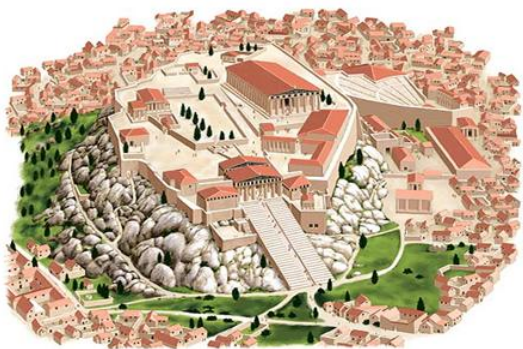


Figura 23 - Polis grega (Fonte: <https://hisherpedpri41412012.wordpress.com/category/antigua-grecia/page/2/>)

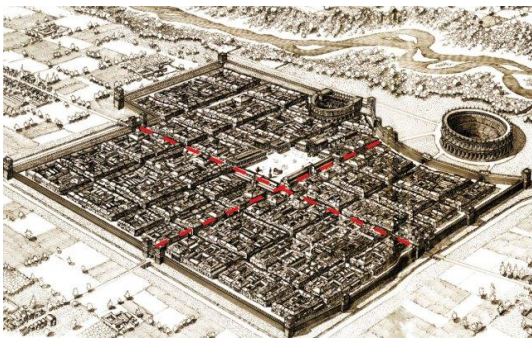


Figura 25 - Plano da cidade romana de Luca mostrando o Cardus e o Decumanus (Fonte: <https://arsartisticadventureofmankind.wordpress.com/2014/05/14/art-of-the-roman-provinces/>)

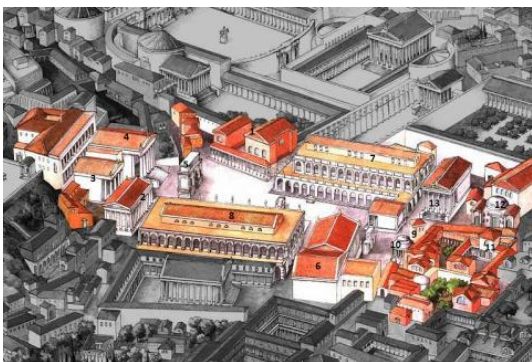


Figura 24 - Desenho do Forum romano (Fonte: <http://pincelyburil2.blogspot.pt/2010/11/foro-romanoel-corazon-del-imperio.html>)

As cidades gregas reflectiam, de um modo claro, a organização social e política da Grécia, sendo que os espaços públicos significantes eram muito cuidados, concentrando grande esforço colectivo e artístico. Estes espaços estavam ligados à religião e à democracia, e não ao enaltecimento de um poder, família ou rei. O espaço principal era o centro, que se formava a partir do santuário, em volta do qual se situava o espaço público mais importante das cidades gregas, o Ágora, a praça principal da polis e símbolo de democracia. (LAMAS, 1992)

### Roma

Por sua vez, as cidades do império romano eram traçadas a partir de dois eixos principais – o *Cardus* e o *Decumanus Maximus* – que orientavam a cidade de este a oeste, no sentido do nascer do sol, com a intenção de a interligar a uma ordem cósmica universal. No centro destes dois eixos principais encontrava-se o espaço público mais importante destas cidades, o *Forum*, lugar nobre, de prestígio e de encontro, onde se desenrolava a vida cívico-social. O império romano também foi tempo

da construção de grandes obras, monumentos e infraestruturas, bem como de lugares públicos para as multidões como, teatros, termas, mercados e circos, numa escala e dimensões nunca antes vistas. (LAMAS, 1992)

### **Idade Média**

Nas cidades medievais, quase todas muralhadas, o espaço público, por excelência, correspondia ao mercado, cuja posição era variável, podendo ser no adro da igreja, no centro da cidade, ou numa das suas portas. Foi nesta era que se começou a esboçar o conceito de praça europeia, contudo, a praça medieval é ainda, de forma geral, um vazio accidental na malha urbana, geralmente densa e irregular, que comporta funções importantes de comércio e reunião social. A rua era também um espaço muito importante destas cidades já que, preenchendo quase todo interior do perímetro urbano, funcionava como extensão do mercado, espaço de circulação de pessoas e animais, e lugar onde se desenrolava a vida em sociedade. (LAMAS, 1992)

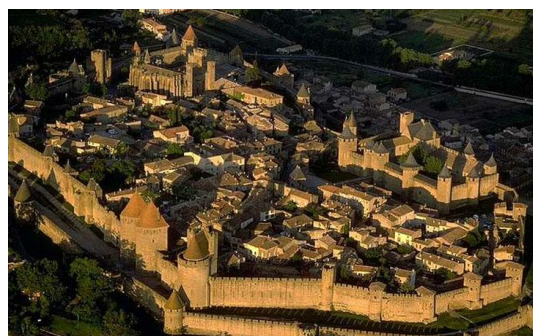


Figura 26 - Cidade Medieval de Carcassonne em França

(Fonte: <http://charlotte2000.artblog.fr/1277333/L-OCCIDENT-FEODAL-CITEE-DE-CARCASSONNE/>)

### **Renascimento e Barroco**

Renascimento significa voltar a nascer, isto é, voltar às formas de arte da antiguidade clássica. Este é um período de renovação e teorização do espaço urbano, cujo desenho se passa a basear em princípios de continuidade e geometria. O espaço público das cidades passa a ser



Figura 27 - Praça de São Marcos, Veneza, Itália (Renascimento) (Fonte: [http://otkritka-reprodukcija.blogspot.pt/2013/01/1721-1780\\_19.html](http://otkritka-reprodukcija.blogspot.pt/2013/01/1721-1780_19.html))

delimitado e desenhado com regras de composição e escala. O traçado no renascimento assume um papel para além da circulação, tornando-se um cenário-corredor para grandes movimentações, procissões, cortejos e paradas. Mas é a



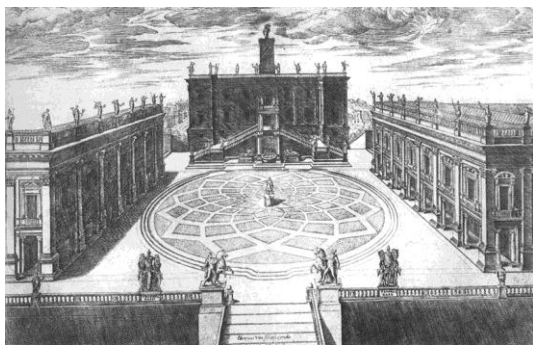


Figura 28 - Praça do Capitólio, Roma, Itália (Barroco)  
(Fonte: <http://slideplayer.fr/slide/1314757/>)

praça que atinge o seu apogeu nesta época, ao passar de um vazio accidental na malha urbana, para um lugar público, desenhado intencionalmente, onde se concentravam os principais edifícios. No renascimento a praça adquiriu valor funcional, político-social, simbólico e artístico, tendo-se tornado o elemento básico da energia e criatividade do desenho urbano e da arquitectura. (LAMAS, 1992)

### Século XIX



Figura 29 - Passeio Público, actual Avenida da Liberdade, Lisboa 1879 (Fote: <http://monsterblues-cms.blogspot.pt/2014/11/a-importancia-das-imagens.html>)

No século XIX assistiu-se ao crescimento urbano que pôs fim aos limites físicos das cidades, tendo as muralhas dado lugar a cinturas habitacionais e industriais que estenderam e fragmentaram o espaço urbano. Esta extensão da cidade deveu-se ao surgimento, com a revolução industrial, da possibilidade de ligar, de modo mais célere, os centros urbanos às suas periferias, a par com a ideia de conciliação do campo com a cidade. (LAMAS, 1992)

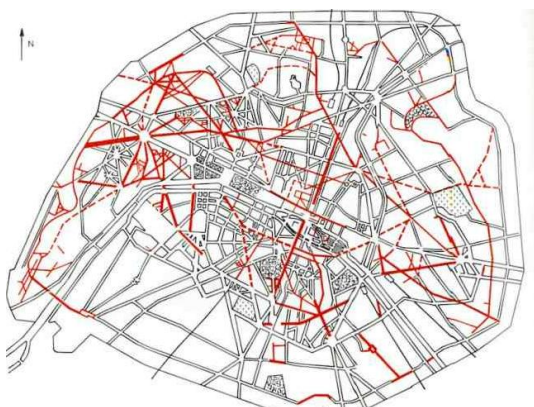


Figura 30 - Plano de Haussman para Paris, França  
(Fonte: <https://architokyo.wordpress.com/exposition/>)

as *boulevards*, que enriqueceram a estrutura das cidades, tornando-as mais complexas e interessantes. (ibid)

As grandes referências do urbanismo deste período são os planos de Haussman para Paris, e de Cerdá para Barcelona. Nestes dois planos, o espaço público, nomeadamente o traçado e as vias, tornou-se o primordial elemento de organização e estruturação da cidade. (ibid)

Haussman interveio sobretudo na cidade já existente, operando no sentido de renovar os traçados, fazer uma reestruturação fundiária e construir infraestruturas, equipamentos e espaços livres. Os grandes objectivos deste plano eram, não só facilitar a circulação dentro da cidade, mas também estabelecer uma imagem de modernidade, criando uma cidade com luz, espaço e arborização, e ainda revalorizar e reenquadrar os monumentos, unindo-os através de eixos viários e perspectivas. (ibid)

Por sua vez, Cerdá trabalhou sobretudo na expansão de Barcelona, proporcionada pelo forte crescimento económico e cultural da Catalunha. O plano consistiu no desenho de uma grelha com quarteirões, tendo o espaço público assumido especial relevância, já que o interior dos mesmos foi desenhado para ser público, levando a que o limite do quarteirão deixasse de coincidir com o limite do domínio público. É evidente no plano de Cerdá uma grande preocupação não só com os aspectos espaciais e físicos, mas também com aspectos funcionais, sociológicos, económicos e administrativos. (ibid)



Figura 31 - Arco do Triunfo, Paris, França, um dos monumentos valorizados no plano de Haussman (Fonte: <http://mod7group4.blogspot.pt/>)



Figura 32 - Maqueta plano de Cerdá para Barcelona, Espanha (Fonte: <https://sites.google.com/site/xeomasaadultos/iii-demografia/iii-4-o-proceso-de-urbanizaci/f-a-cidade-industrial-1/f-a-cidade-industrial>)

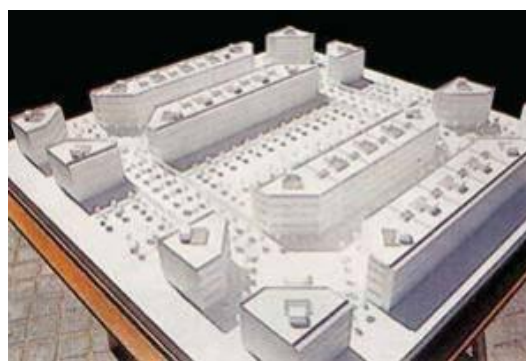


Figura 33 - Ilha tipo do plano de Cerdá para Barcelona, Espanha (Fonte: <https://arquitetandoblog.wordpress.com/2009/>)

## Cidade-Jardim



Figura 34 - A cidade-Jardim de Howard (Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ebenezer\\_Howard](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ebenezer_Howard))



Figura 35 - Esquema de cidade modernista de Le Corbusier

(Fonte: <http://metrhispanico.com/2012/06/page/2/>)

Na viragem do século XIX para o século XX Ebenezer Howard, urbanista inglês, concebeu um modelo de cidade – a cidade-jardim - onde propõe uma junção harmoniosa entre o campo e a cidade. Howard desenvolve este modelo de cidade com o objectivo de manter o equilíbrio social ameaçado pelas cada vez piores condições urbanização das camadas populares inglesas durante o século XIX. O

urbanista inglês planeio não só as formas, funções e meios financeiros e administrativos de uma cidade ideal, saudável e belas, mas também e principalmente o processo para satisfazer e controlar a concentração das massas nos centros urbanos.

## Modernismo

No início do século XX, após a primeira grande guerra, a maneira de pensar a cidade e o seu espaço público começou a sofrer profundas alterações. Este foi um período de grande avanço tecnológico e científico, assistindo-se

também a uma mudança de mentalidades, o que proporcionou um momento de experimentação, teorização e crítica em várias áreas, nomeadamente no urbanismo e na arquitectura. Esta nova abordagem ficou conhecida como movimento moderno. Os urbanistas modernos propuseram, num documento de compromisso redigido como conclusão do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, conhecido por carta de atenas, um zonamento

claro da cidade (habitar, trabalhar, circular e lazer), dando prioridade à deslocação em automóvel, sendo que os edifícios deveriam ser altos e espaçados entre si, implantando-se livremente no solo, de modo a conquistar a vista, a luz e o ar. Estes urbanistas tinham uma intenção clara de abandonar as tipologias tradicionais como a rua, a praça, o quarteirão, bem como a mistura e diversidade funcionais.

### Séc XX e o automóvel

No século XX as cidades sucumbiram ao automóvel: expandiram-se, as ruas e os espaços públicos mudaram o seu carácter ao ponto das questões relacionadas com o tráfego automóvel se tornarem prioritárias, em detrimento da componente humana. As alterações no carácter das cidades e uma maior capacidade de mobilidade levadas a cabo pela democratização do automóvel, levaram também a alterações na forma como o comércio se organizava, começando a



Figura 36 - Praça do Comércio com estacionamento, anos 70 (Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=618102&page=27>)

surgir os centros comerciais e hipermercados periféricos. A partir do século XX “a cidade já não é possível sem o automóvel, a cidade já não é possível com o automóvel”. (BRANDÃO, 2008, p.21)

### Preocupações actuais

A partir dos anos 70 do século XX, começou a crescer uma preocupação com o impacto do automóvel na qualidade de vida nas cidades, começando também a crescer o número de medidas e intervenções com vista a reduzir a velocidade de circulação dos veículos motorizados, incentivando tanto a circulação pedonal como a utilização do



Figura 37 – Rua de uso partilhado na Holanda (Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Cycling\\_in\\_the\\_Netherlands](https://en.wikipedia.org/wiki/Cycling_in_the_Netherlands))



transporte público e de outros modos de deslocação alternativos. Estas são as preocupações que se estendem até à actualidade. No fundo, a grande preocupação do urbanismo contemporâneo é voltar a “humanizar” o espaço urbano, o que significa privilegiar o uso social e lúdico do espaço público, potenciando e favorecendo também a vida em comunidade, as funções culturais, de promoção do turismo, comércio e outras actividades económicas. (ARAÚJO, 2011)

### 4.3 Tipologias

O espaço público deverá ser, como já visto, o lugar de acesso e utilização livres, funcionando como primordial estruturador dos tecidos urbanos, onde está impressa, pelo seu carácter público, a identidade da sociedade que o utiliza.

As características tipológicas, morfológicas, bem como os significados atribuídos aos lugares constituem a base da identidade urbana, ou seja, constituem a base do *“sentimento de pertença, através de uma coerência entre narrativas e experiência pessoal (individual ou social) do lugar.”* (BRANDÃO, 2008, p. 14) Brandão identifica 15 tipologias de espaço público organizando-as por 6 referências estruturais, acrescentando ainda, que o leque de tipologias é multiplicado quando as conjugamos, por um lado, com as diferentes morfologias *“ pois o mesmo tipo de espaço pode ser de origem de formas urbanas muito distintas, consoante as suas características dimensionais, de escala ou dos elementos agentes da definição da sua forma”*, e por outro, com os elementos de informação e significado, que *“ são os elementos que formam um cenário visual identificador, não só pelas referências icónicas, mas também pela sua estrutura e pelos seus elementos comunicativos”*. (BRANDÃO, 2008, p.19)



a. Espaços traçado	Encontro Circulação	1. Largos, praças 2. Ruas, avenidas
b. Espaços - "paisagem"	Lazer – natureza Contemplação	3. Jardins, parques 4. Miradouros, panoramas
c. Espaços – deslocação	Transporte Canal Estacionamento	5. Estações, paragens, interfaces 6. Vias Férrea, autoestradas 7. Parking, Silos
d. Espaços – memória	Saudade Arqueologia Memoriais	8. Cemitérios 9. Industrial, agrícola, serviços 10. Espaços Monumentais
e. Espaços comerciais	Semi Interiores Semi exteriores	11. Mercados, centros comerciais, arcadas 12. Mercado levante, quiosques, toldos
f. Espaços gerados	Por Edifícios Por Equipamentos Por Sistemas	13. Adro, passagem, galeria, pátio 14. Culturais, desportivos, Religiosos, infantis 15. Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Tabela 4 - Tipologias de espaço público por BRANDÃO (2008, p.19)

Abordar-se-á de uma forma mais abrangente as tipologias correspondentes aos espaços traçado – a rua, a avenida, o largo e a praça – aos espaços paisagem, e ainda aos espaços gerados por equipamentos, considerando que estas serão as tipologias mais adequadas aquando do exercício de projecto do presente trabalho final de mestrado. A intenção deste estudo mais aprofundado é obter um maior grau de esclarecimento sobre a génese, características e qualidades destas tipologias, que permita decisões mais coerentes e adequadas na fase correspondente ao projecto de requalificação do bairro do Casal Novo.



Figura 38 - Avenue des Champs Elysées, Paris, França

(Fonte: <http://www.viajarbembarato.com/destinos-internacionais/dicas-de-paris>)

## O traçado

O traçado é um dos elementos mais presentes e mais facilmente identificáveis quer na forma da cidade quer no acto de as projectar. Na verdade é desde cedo, desde o traçado ortogonal romano com o *Cardus* e o *Decumanos*, que a delineação do traçado coincide com a apropriação e criação de um lugar: um “*gesto inicial com*

*que qualquer um localiza um lugar e dele toma posse. Dois eixos que se cruzam em ângulo recto, formando o sinal da cruz.*” (LÚCIO COSTA in LAMAS, 1992, p.100)

Para além de um gesto criador e gerador da forma das cidades, o traçado encontra-se na linha da frente no que toca à sua organização. Em termos práticos, esta é a tipologia de espaço público que permite a circulação das pessoas na cidade, bem como a articulação entre os seus diferentes lugares, regulando, de um modo hierarquizado, a disposição entre edifícios e quarteirões. (LAMAS, 2000) Mas nem só de articulação e circulação “vive” o traçado da cidade, na verdade, este poderá, desde que adequadamente desenhado servir “*como um agente catalisador entre os moradores locais em situações quotidianas*” estimulando “*a interacção e a coesão social.*” (HERTZBERGER, 1999, p.63)

Interessa ainda referir que o traçado é multiplicável num sem número de entidades, consoante as suas características morfológicas. As diferenças na “forma do ‘chão’”, na divisão dos seus usos, nos seus equipamentos, na dimensão da altura e profundidade do espaço definido por edifícios, nos elementos naturais, artísticos e comunicacionais presentes, dão origem a entidades tão distintas como a travessa, a rua pedonal ou de uso partilhado, a alameda, a avenida e até a via rápida. (BRANDÃO, 2008)

## A praça

A praça é, frequentemente, o ponto central do tecido urbano, e quer tenha desempenhado um papel primordial na sua formação, quer tenha sido fruto da sua evolução, a ideia de praça anda sempre a par com a ideia de coração da cidade, isto é de centro e epicentro da vida urbana. (MANCUSO et. al, 2007)



Figura 39 - Piazza del Campo, Siena, Itália  
(<http://www.shutterstock.com/s/siena/search.html>)

É claro, desde a Ágora grega, até à praça renascentista italiana, que o conceito de praça está directamente relacionado com a vida social e colectiva de uma comunidade, (ibid) e pressupõe uma intencionalidade expressa na sua estrutura urbana, no seu desenho, e nos edifícios que a definem, limitam e caracterizam: *“a praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa. Se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sócias, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, consequentemente, de funções estruturantes e arquitecturas significativas”*. (LAMAS, 1992, P.102)

No fundo, as praças são vazios nos tecidos urbanos em estreita relação com os edifícios, e consequentemente com as respectivas fachadas e programa funcional, que as conformam, organizando cenários de significação importante. (LAMAS, 1992) Ora, como vazios, as praças serão também grandes “contentores”, sendo os usos que as preenchem que lhes conferem, não só a sua fisionomia, a sua aparência, mas também o seu significado. Algumas praças, as melhores entre elas, conseguem sintetizar quer o esforço, quer as vicissitudes da civilização que as erigiu: *“elas reúnem energia, capturam a dimensão do tempo passado, e encapsulam o impulso da variedade das obras públicas. Frequentemente, estes são lugares de beleza; frequentemente foram criados sob pressão e conflito. As praças são espaços que delineiam a nossa história comum.”* (VENTÓS IN MANCUSO et. al, 2007, p.59)



Figura 40 - Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal (Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jardim\\_da\\_Fundacao\\_Calouste\\_Gulbenkian\\_09.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jardim_da_Fundacao_Calouste_Gulbenkian_09.JPG))

## **Espaços paisagem – O espaço verde na cidade**

O conceito de espaço verde urbano é relativamente recente, tendo surgido ligado ao modelo de cidade resultante das propostas da Carta de Atenas. Apesar de não raras vezes este conceito ser entendido como sinónimo de parques e jardins, os espaços verdes abrangem todo o conjunto das áreas livres revestidas de vegetação, ordenadas ou não, que assumem características, dimensões, usos e funções muito diversificadas, por isso incluem também os parques e jardins urbanos, públicos e privados. (FADIGAS, 2010)

Esta tipologia de espaço público assume especial relevância em contexto urbano se pensarmos que produz efeitos positivos sobre o bem-estar psicofisiológico do ser humano – reduz a poluição, o ruído, a temperatura atmosférica, oferece sombra, etc - funcionando ainda como suporte para actividades recreativas e de descanso. (BRANDÃO, 2002)

Além do já descrito, é ainda de referir que espaços verdes, valorizam a imagem da cidade, e para além de permitirem a presença de elementos de fauna e flora diversificados, garantindo consequentemente a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas, também asseguram níveis de permeabilidade do solo, protecção de nascentes, controle da erosão e de enxurradas, o que facilita a gestão racional do ciclo hídrico. (FADIGAS, 2010)

### **Espaços gerados – Equipamentos públicos como extensão do espaço público**

Apesar do seu nível de publicidade estar reduzido, nomeadamente devido às restrições de horário de acesso, os equipamentos públicos *“implicam uma expansão fundamental e considerável do mundo público”* (HERTZBERGER, 1999, p.74) e são *“fundamentais à vivência das populações e à qualificação dos espaços urbanos”*. (DGOTDU, 2002, p.6)



Figura 41 - Biblioteca Municipal, Amesterdão, Holanda  
(Fonte: <http://fernandafranca.com.br/blog/?p=1939>)

Estão definidos como equipamentos de utilização colectiva todas as “instalações (edificações e terrenos envolventes) destinadas à prestação de serviços às colectividades (saúde, ensino, administração, assistência social, segurança pública, protecção civil, etc.), à prestação de serviços de carácter económico (mercados, feiras, etc.) e à prática de actividades culturais, de recreio e lazer e de desporto” (Portaria 1136/2001)

Os equipamentos, assim como o comércio e serviços de um aglomerado urbano definem, de acordo com o seu nível de especialização e a diversificação das funções oferecidas, a posição hierárquica desse mesmo aglomerado na rede urbana, (LOBO, 1998) ou seja, os equipamentos são estruturas fundamentais na estruturação dos tecidos e redes urbanas, e consequentemente na satisfação das necessidades das populações, exercendo grande influência na sua qualidade de vida. (DGOTDU, 2002)

Nas últimas décadas tem vindo a crescer, com o aumento do tempo de não trabalho uma maior satisfação das necessidades básicas e o *stress* associado ao quotidiano da vivência urbano-industrial, a importância e procura dos equipamentos de resposta às necessidades de ocupação dos tempos livres, nomeadamente dos equipamentos culturais, desportivos e comunitários. (SALGUEIRO, 1992)

#### 4.4 A importância do espaço público

Estando definido o que é o espaço público e exploradas mais a fundo algumas das suas tipologias, é possível avançar com as primeiras conclusões no que toca à sua importância para as cidades, e sobretudo para as pessoas.



Figura 42 - Praça do Duomo de S.ta. Maria del Fiori, Florença, Itália (Fonte: <http://counterlightsrantsandblather1.blogspot.pt/2011/03/florence-building-cathedral.html>)

##### Construção da identidade Urbana

O espaço público, bem comum de uma sociedade, é não só primordial na estruturação do tecido das cidades, mas também na organização do mapa mental que cada indivíduo constrói e que lhe permite orientar-se e reconhecer-se na cidade. No fundo, as ruas, as praças, e os

pontos marcantes de uma cidade são cruciais, não só para a circulação das pessoas, e para articulação dos edifícios, mas também para a construção da imagem, carácter e identidade urbanos. (BRANDÃO, 2008)

A identidade urbana decorre do sentimento de pertença a um lugar, adquirido através da relação da população com esse mesmo lugar, o que origina *“padrões de vida específicos que se reflectem na configuração da paisagem. Os locais memoráveis são aqueles que traduzem uma interacção equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma identidade singular que as pessoas reconhecem facilmente.”* (BRANDÃO, et al, 2002, p. 35) As características identitárias de um lugar, bem como a sua capacidade de ser apropriável, articulando valor prático com valor simbólico, são essenciais para o seu sucesso, já que o afeiçoamento dos utentes e a boa adaptação do espaço ao uso levará a padrões de conservação assumidos pelos próprios utilizadores. (BRANDÃO, 2008)



## Palco da vida em sociedade

Por sua vez, ficou também assente que o espaço público é o palco principal da vida em sociedade, e o espaço por excelência para o contacto com os outros. Este papel do espaço público assume especial importância se pensarmos que mesmo as mais simples formas de contacto e de actividade social – ver, ouvir ou até somente estar perto de outros – são

aparentemente mais recompensadoras e atractivas que qualquer outra actividade oferecida no espaço público urbano. No fundo, o espaço público ao possibilitar que as pessoas partilhem um espaço, possibilita também, outras formas mais profundas de actividade social. (GHEL, 2011) A verdade é que “ a vida entre edifícios parece, em quase todas as situações, mais essencial e relevante que os próprios edifícios” (GHEL, 2011, p.37)



Figura 43 – Rua é lugar para actividades de lazer e de sociabilização, Bairro Alto, Lisboa, Portugal (Fonte: [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2390671](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2390671))

## 4.5 Alguns parâmetros de Qualidade

Vários autores concordam com a ideia de que a qualidade do espaço público está directamente relacionada com a quantidade de actividades que nele ocorrem e de pessoas que o utilizam. Outra ideia transversal é a de que espaços com identidade, e apropriáveis, isto é, espaços que possam ser utilizados intensamente ao longo do dia estão menos susceptíveis ao abandono, desgaste e destruição: “É a concentração que propicia o conforto material”. (SAMUEL JOHNSON in JACOBS, 2000, p.221) Então o que é preciso para haver vida, apropriação, utilização e permanência no espaço público?



Figura 44 – Diversidade de usos e funções na Rua de Sta. Catarina, Porto, Portugal  
(<http://www.oguiadeportugal.com/2011/10/rua-santa-catarina-cafe-majestic.html>)

### Diversidade e riqueza

A vida entre edifícios vive da diversidade de usos e pessoas: “na arquitectura, tanto quanto na literatura e no teatro, é a riqueza da diversidade humana que dá vitalidade e colorido a meio humano” (RASKIN in JACOBS, 2000, p. 252)

Para o sucesso do espaço público urbano deve ser garantida a diversidade programática e funcional de modo a ser também garantida a presença de diferentes utilizadores a diferentes horas do dia. As combinações de usos diversos são uma forma de organização complexa, altamente desenvolvida, sustentável e produtiva. (JACOBS, 2000)



Figura 45 – Oportunidade para permanecer na Ribeira das Naus, Lisboa, Portugal (Fonte: <http://deoromi.overblog.com/2014/07/lisboa-ribeira-das-naus.html>)

### Desenho e carácter

HERTZBERGER defende que “o segredo é dar aos espaços públicos uma forma tal que a comunidade se sinta pessoalmente responsável por eles” (1999, p.45), sendo possível, através de decisões de planeamento, influenciar padrões de actividade e criar condições para a vida nos espaços públicos das cidades. Em suma, criar

condições para a apropriação e permanência nos espaços públicos significa dotá-los de qualidade. (GEHL, 2011)

Assim, já que os espaços públicos com sucesso serão aqueles com os quais a população se identifica, e dos quais se apropria, desenhar um espaço público com qualidade implica criar condições não só para circular e andar, mas também para permanecer, sentar e participar em actividades, (GEHL, 2011) permitindo e impulsionando o encontro e a interacção entre os seus utilizadores e promovendo um desenvolvimento social baseado na vida quotidiana. (BRANDÃO, 2008)



## Uma questão de dimensão

Para além de a vida entre edifícios, que está directamente relacionada com a utilização intensa do espaço público, depender de condições e oportunidades para a sua apropriação, ela está também dependente da dimensão dada aos espaços.



Figura 46 – Dimensões reduzidas permitem uma concentração mais alta de pessoas, Praça da Cidade Velha, Praga, Rep. Checa (Fonte: <http://www.shutterstock.com/pic-10049302/stock-photo-aerial-view-of-old-town-square-neighborhood-in-prague-from-the-top-of-the-town-hall.html>)

Os lugares devem ser desenhados de tal forma que permitam uma concentração suficientemente alta de pessoas, sendo o erro mais comum o “cálculo errado da proporção entre a dimensão do lugar público e o número esperado de usuários. Se a área da rua é ampla demais, pouca coisa acontece em poucos lugares, e (...) o resultado são vastos espaços transformados em desertos simplesmente por ficarem vazios demais. (...) Devemos testar constantemente a planta no que diz respeito à densidade da população, (...) ao fazê-lo, podemos pelo menos verificar se existe um excesso de espaço para recreação.” (HERTZBERGER, 1999, p.63)

Ainda sobre dimensão Gehl afirma que estar familiarizado com o alcance dos sentidos humanos – visão, audição, olfacto – e com o que são e quais são as distâncias sociais – distância íntima, pessoal, social e pública – é um pré-requisito importante para desenhar e dimensionar espaços exteriores: “as distâncias são utilizadas para conotar diferentes relações entre as pessoas. (...) Espaços pequenos tendem a ser percebidos como acolhedores. Dimensões reduzidas possibilitam ver e ouvir outras pessoas, e nos espaços pequenos, os detalhes, assim como o todo podem ser disfrutados. Pelo contrário grandes espaços são percebidos como frios e impessoais. Edifícios e pessoas são mantidos à distância.” (GEHL, 2011, p.68, tradução nossa)

## Algumas ferramentas

Ghel deixa ainda cinco ferramentas com as quais os arquitectos podem trabalhar de modo a estabelecer os pré-requisitos físicos para a promoção ou prevenção do contacto ou da isolação dos utilizadores de um espaço, bem como 12 parâmetros, organizados em 3 palavras-chave – Protecção, Conforto e Fruição – de orientação para a construção de espaço público com qualidade.

Isolamento	Contacto
Paredes	Sem paredes
Longas distâncias	Distâncias Curtas
Altas velocidades	Baixas Velocidades
Múltiplos níveis	Um só nível
Orientação de costas uns para os outros	Orientação uns para os outros

Tabela 5 – Ferramentas de desenho de espaço público por GEHL (2011, p.XX)

<b>Protection</b>	<b>1. Protection against traffic &amp; Accidents</b> - Traffic accidents - Fear of traffic - Other accidents	<b>2. Protection against crime &amp; violence (feeling of safety)</b> - Lived in / used - Street life - Streetwatchers - Overlapping functions in space & time	<b>3. Protection against unpleasant sense experiences</b> - Wind/ draft - Rain/ snow - Cold/ heat - Pollution - Dust, glare, noise
<b>Confort</b>	<b>4. Possibilities for WALKING</b> - Room for walking - Untiering layout of streets - Interesting facades - No obstacles - Good Surfaces  <b>7. Possibilities to SEE</b> - Seeing Distances - Unhindered views - Interesting views - Lighting (When dark)	<b>5. Possibilities for STANDING/ STAYING</b> - Attractive edges "Edgeeffect" - Defined spots for staying -Supports for staying  <b>8. Possibilities for HEARING/ TALKING</b> - Low noise level - Bench arrangements "talkscapes"	<b>6. Possibilities for SITTING</b> - Zones for sitting - Maximizing advantages primary and secondary sitting possibilities -Benches for resting  <b>9. Possibilities for PLAY/ UNFOLDING/ ACTIVITIES</b> - Invitation to physical activities, play, unfolding & entertainment - day & night and summer & winter
<b>Enjoyment</b>	<b>10. Scale</b> - Dimensioning of buildings & spaces in observance of the important human dimensions related to senses, movements size & behavior	<b>11. Possibilities for enjoying positive aspects of climate</b> - Sun/ Shade - Warmth/ coolness - Breeze/ Ventilation	<b>12. Aesthetic quality/ positive sense experiences</b> - Good design & good detailing - Views/ vistas - Trees, plants, water

Tabela 6 - Parâmetros de qualidade para o espaço público por GHSL (Fonte: <http://www.walk21.com/papers/Copenhagen%2004%20Sohol%20Life%20spaces%20and%20buildings%20turning%20the%20t.pdf>)

## 4.6 Conclusões do capítulo

A forma como os espaços públicos foram sendo desenhados ao longo dos tempos, sofreu consideráveis variações, devido não só à mudança de mentalidades, mas também aos diferentes contextos políticos, económicos e sociais, e ao grau de avanço tecnológico. Ainda assim o espaço público sempre foi, de uma maneira ou de outra, o principal património comum dos habitantes de

uma cidade, bem como o elemento estruturador dos seus tecidos. Como estruturador do tecido urbano, o espaço público constitui também o elemento organizador do mapa mental que cada indivíduo faz da cidade e que lhe permite orientar-se e reconhecer-se nela.

Existem inúmeras tipologias de espaço público, das quais se destacam, no contexto do presente trabalho, a malha e o traçado, que correspondem, no fundo, ao gesto criador da cidade, e permitem a circulação das pessoas e articulação entre as diferentes zonas da cidade, regulando também quarteirões e edifícios. Outra tipologia importante é a praça, o coração da cidade, epicentro da vida urbana e lugar de funções estruturantes e arquitecturas significantes. Já os espaços verdes tornam-se importantes em contexto urbano, não só pelos seus efeitos positivos no bem-estar psicofisiológico do ser humano, mas também por garantirem a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas. Por último os equipamentos de utilização colectiva representam uma expansão considerável do mundo público, sendo fundamentais na estruturação dos tecidos e redes urbanas, bem como na satisfação das necessidades básicas das populações, tornando-se assim impactantes na sua qualidade de vida.

Na verdade, a importância do espaço público vai para além das questões práticas da circulação ou articulação das diferentes zonas, ganhando especial relevância se pensarmos que é o palco da vida em sociedade, e que para o ser humano ver, ouvir e estar perto de outros é uma das actividades mais importantes. Para além disto o espaço público é a entidade que, ao permitir a orientação e construção do mapa mental da cidade a cada utilizador, permite também a criação de um sentimento de pertença a um lugar.

Estudar mais aprofundadamente os espaços públicos, as suas tipologias e o impacto na vida dos seus utilizadores, permitiu esclarecer que desenhar espaços públicos com qualidade implica oferecer diversidade de usos e funções, sendo de extrema importância pensar além da circulação, e desenhar espaços para permanecer, sentar e participar em actividades. É também de extrema importância dimensionar os espaços públicos adequadamente, sendo que se o intuito é estimular a interacção entre moradores locais em situações quotidianas, as

dimensões devem ser reduzidas, já que espaços pequenos possibilitam ver e ouvir outras pessoas. Espaços de dimensões reduzidas são percebidos como acolhedores tornando possível que as partes, assim como o todo, possam ser apreciados. Resta ainda referir que criar condições para a apropriação dos espaços públicos é condição indispensável para garantir o seu bom uso e manutenção, pelo que, qualquer intervenção deve ter em conta as características e anseios da população que o irá utilizar.

*Conhecendo agora os contornos de reconversão e requalificação das AUGI, e tendo sido adquirida também um maior conhecimento sobre o poder do espaço público e a maneira como pode ser impactante na vida dos seus utilizadores, resta agora iniciar o desenho de soluções arquitectónicas que contribuam para a requalificação do bairro do Casal Novo. Em primeiro lugar é feita uma abordagem a uma escala mais abrangente – escala urbana – seguindo-se a escolha do local do bairro para uma intervenção mais detalhada, bem como o desenho do programa arquitetónico a implementar. Posteriormente são descritas e apresentadas as soluções de desenho urbano e projecto de arquitectura propostas.*

## **5 Requalificação do Bairro do Casal Novo**

## 5.1 Abordagem à escala urbana – Projecto “*chance and change*”



Figura 47 - Estratégia de escala urbana - elaboração própria

A estratégia proposta para a requalificação e reposicionamento do Bairro do Casal Novo pode ser lida em duas partes:

### Ordenar - Hierarquizar, Densificar

Considerou-se que para iniciar as operações de requalificação do bairro do Casal Novo e poder trabalhar este território com lógica, era necessário olhá-lo de um ponto de vista que permitisse atribuir-lhe uma ordem. Para esse efeito recorreu-se a uma base matricial tipo grelha.

Ordenar e criar cidade através do uso de uma base matricial como a grelha, é um procedimento tão antigo como o planeamento do território, sendo inúmeras as cidades desenhadas deste modo. Pode pensar-se que este método pode levar a monotonia ou que os seus efeitos são repressivos, mas, apesar de esse risco existir ela pode também levar à potenciação das possibilidades de variação, como é o caso das cidades de Nova Iorque e Barcelona. A grelha é, no fundo, um sistema de intervenção ou de desenho de cidade de



Figura 48 - Exercício de cruzamento de bases matriciais: Barcelona + Bairro do Casal Novo e Nova Iorque + Bairro do Casal Novo (elaboração própria)

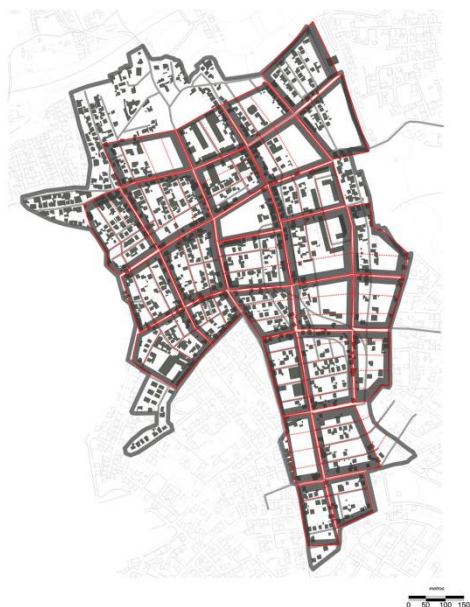


Figura 49 - Malha Proposta para o Casal Novo (elaboração própria)

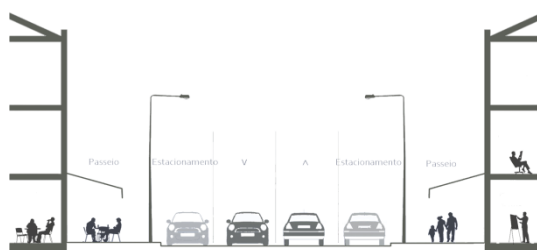


Figura 50 - Perfil proposto da Rua do Brasil, Rua Principal (elaboração própria)

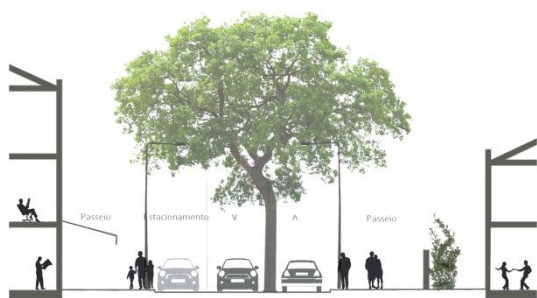


Figura 51 - Perfil proposto da Rua da Fontainha das Pias, Rua Secundária (elaboração própria)

princípios extremamente simples, que permite ordenar e hierarquizar o território, deixando liberdade no que toca a sua caracterização. (HERTZBERGER, 1999)

Com este processo definimos o traçado que como já vimos, é o elemento responsável pela circulação das pessoas na cidade, bem como pela articulação entre os seus diferentes lugares, regulando a disposição entre edifícios e quarteirões. É

importante referir que foram incluídas excepções na malha que permitiram estender o número de tipologias de espaço público presentes no bairro, nomeadamente criar entidades como a praça, o largo e o jardim.

Depois da definição do traçado seguiu-se a sua hierarquização, tentando

nesta operação, fazer com que esta tipologia de espaço público possa funcionar como *“um agente catalisador entre os moradores locais em situações quotidianas”* (ibid., p.63). Foram pensados três tipos de via: Principal - de dois sentidos e arborizada; Secundária - de um sentido; Pedonal (de uso partilhado) - com acesso limitado de viaturas. Foi também pensada uma rede

arborizada que ligue todos os equipamentos a implementar e torne as deslocações a pé mais confortáveis.



## **Programar – Equipar, Valorizar, Caracterizar**

Quanto aos equipamentos a implementar no bairro, pretendeu-se, por um lado, ir de encontro às necessidades

específicas do território e da sua população, e por outro implementar equipamentos que se revelassem pertinentes, necessários e de dimensão adequada, numa rede urbana mais alargada:

### **Equipamentos de influência local (Casal Novo e bairros vizinhos):**

- Habitação especial (jovens/idosos)
- Equipamento desportivo
- Escola secundária
- Mercado
- Igreja

### **Equipamentos de influência municipal:**

- Centro Comunitário e Cultural
- Centro interpretativo da Anta das pedras Grandes

Outras operações que fazem parte da estratégia de escala urbana são o reforço do comércio na Rua Brasil e na Rua da Fontainha das Pias, e a revalorização e reenquadramento da anta das Pedras Grandes, reforçando, deste modo, uma centralidade já esboçada no bairro.

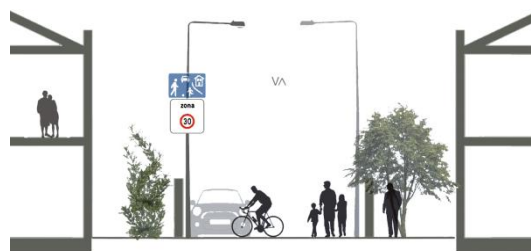


Figura 52 - Perfil proposto para rua de uso partilhado (elaboração própria)



Figura 53 - Vista de rua de uso partilhado depois da requalificação do bairro (elaboração própria)



Figura 54 - Vista da zona do Novo Mercado após a requalificação do bairro (elaboração própria)

## Planta de Estratégia

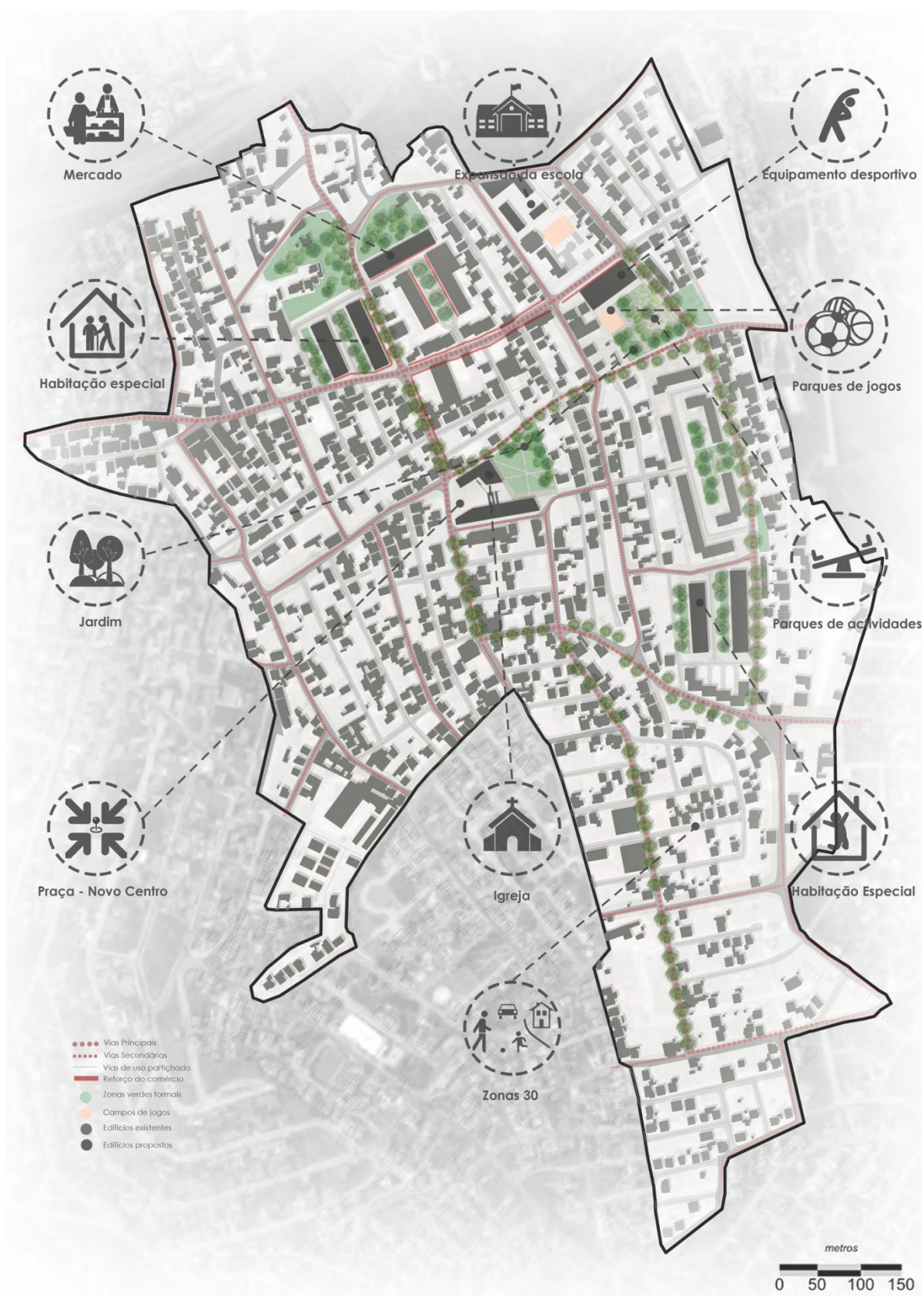


Figura 55 - Planta de estratégia (elaboração própria)

## 5.2 Local de intervenção e programa arquitectónico

O local do Casal Novo escolhido para desenvolver mais aprofundadamente a componente prática do presente trabalho, foi o terreno onde se encontra a anta das Pedras Grandes. O objectivo é o de reabilitar



Figura 57 - Local escolhido para a intervenção

o bairro também através da revalorização e reenquadramento deste monumento, já que *"o património arqueológico constitui o testemunho essencial sobre as actividades humanas do passado. A sua protecção e a sua cuidada gestão são indispensáveis para permitir aos arqueólogos e a outros especialistas o estudo e interpretação em nome, e para benefício, das gerações e vindouras."* (Carta Internacional sobre a protecção e a gestão do património arqueológico, ICOMOS, Lausanne, 1990. Cit. in LOPES, 2014, p.279)



Figura 56 - Actual igreja do Casal Novo

É perto da anta das pedras grandes que podemos encontrar a igreja do Casal Novo, um dos poucos equipamentos existentes no bairro, sem qualidade ou valor arquitectónicos, em mau estado de conservação, e de tamanho reduzido. A existência deste equipamento, ainda o que em tais condições, revela a sua importância para a população do bairro. Perante esta evidência, e já que em muitos casos a *"igreja paroquial é a sede das actividades próprias da comunidade (...) servindo a comunidade católica"* e *"(...)também a generalidade da população local, mediante acções compatíveis com as finalidades pastorais"* (PATRIARCADO, 1988, p.428), iniciou-se a construção do programa pela Igreja, que por si só acarreta um sem número de exigências programáticas.

## Igreja

O programa da Igreja tem como objecto central, o espaço do culto, cuja área varia consoante as características da população a servir, sendo este servido por múltiplos anexos, indispensáveis ao seu funcionamento. O programa da igreja, para além do espaço do culto deve incluir também as capelas mortuárias e os seus anexos, bem como um centro paroquial de dimensão variável consoante o tipo de actividades a realizar.

Igreja		Capelas Mortuárias		Centro Paroquial	
Igreja	400 m <sup>2</sup>	Câmara ardente	30m <sup>2</sup>	Acolhimento	50 – 100 m <sup>2</sup>
Sacristia	20m <sup>2</sup>	Vestíbulo	20m <sup>2</sup>	Secretariado	25m <sup>2</sup>
Arrumos	10m <sup>2</sup>	Arrumos	5m <sup>2</sup>	Direcção	15m <sup>2</sup> *3
Cartório	15m <sup>2</sup>	I.S.	10m <sup>2</sup>	Ensino	18m <sup>2</sup> *4
I.S.	10m <sup>2</sup>			Escuteiros	18m <sup>2</sup>
				I.S.	20m <sup>2</sup>

Tabela 7 - Programa preliminar da Igreja

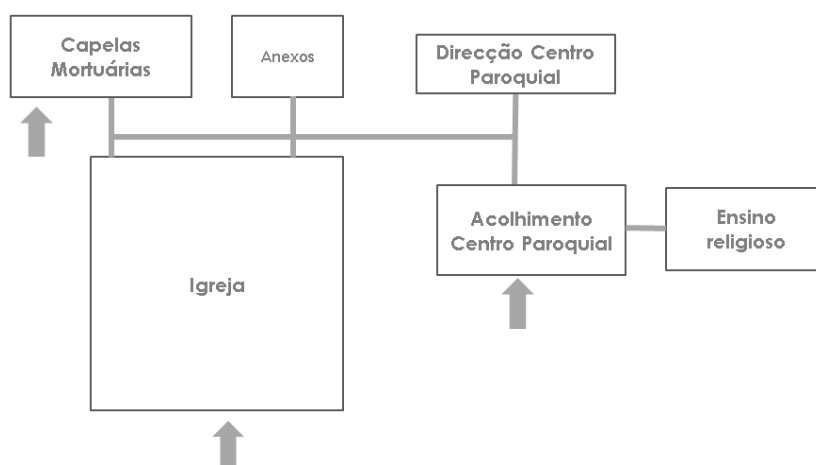


Figura 58 - Organização do programa da Igreja (elaboração própria)



Ora, um centro paroquial será, sem dúvida, indispensável para acolher todo o núcleo de direcção e acolhimento da igreja. Já quando se pensa sobre ir de encontro às necessidades da população do bairro em questão quanto a locais que possam redinamizar as vivências de grupo e combater situações de polarização social e espacial, conclui-se que o centro paroquial não será suficiente, já que este, segundo as direcções do patriarcado de Lisboa, se “destina às actividades específicas da acção pastoral da igreja (...) que exprimem a sua participação no esforço social de acompanhar e minorar dificuldades prementes e imediatas de pessoas desprotegidas”, e não a dar uma resposta de acção social, e de trabalho direccionado para o aumento da coesão social e qualidade de vida de uma comunidade de maior dimensão. O patriarcado indica ainda que “*quando as condições locais o aconselhem, um centro social poderá coexistir a par do centro paroquial*” que deverá “*ser independente, com estatuto e instalações próprias*”. (PATRIARCADO, 1988, p.430) Os equipamentos sociais surgem a partir dos planos sociais de acção para a inclusão, na sequência do envelhecimento populacional, do surgimento de novas famílias, e dos novos riscos emergentes do mercado de trabalho, que acentuam fenómenos de exclusão social e pobreza. (DGOTDU, 2002)

### **Centro Social**

Tendo em conta as características do território e da população analisadas no capítulo 2 do presente trabalho, considerou-se pertinente incluir no programa um centro social do tipo centro comunitário que funcione como “*uma estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a construir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido*” (BONFIM et al., 2000, p.7)

O programa deste tipo de equipamentos é muito flexível, já que o seu maior objectivo é funcionar como gerador de dinâmicas locais, fomentando a participação das pessoas, famílias e grupos, em actividades dinamizadoras da vida social e cultural da comunidade e criando condições para responder às necessidades concretas da população

Pensou-se que seria pertinente, tendo em conta as características do bairro e da sua população, desenhar um programa de quatro núcleos independentes mas articulados entre si: Núcleo de acolhimento e convívio, albergando o acolhimento, o foyer, o bar, espaço para associação de moradores, e administração. Este núcleo deverá servir de articulador entre o núcleo de Formação e ATL, que contempla espaços para a realização de actividades e respectivos anexos, o núcleo Cultural e de Informação contemplando, um auditório, biblioteca, zonas de estudo e de trabalho, bem como os respectivos anexos e ainda o núcleo de interpretação da anta das Pedras Grandes.

Acolhimento e Convívio		Formação e ATL		Cultural e de Informação		Interpretação da Anta das Pedras Grandes	
Foyer	200m <sup>2</sup>	Salas de Actividades	20 - 30m <sup>2</sup> *5	Auditório/ Lounge	150m <sup>2</sup>	Acolhimento	30m <sup>2</sup>
Acolhimento e Bengaleiro	30m <sup>2</sup>	Arrumos	30m <sup>2</sup>	Trabalhos de Grupo	100m <sup>2</sup>	Zona de exposição	100m <sup>2</sup>
Bar	100m <sup>2</sup>	I.s.	30m <sup>2</sup>	Sala de Estudo	200m <sup>2</sup>	Gabinetes de Trabalho	15m <sup>2</sup> *2
Associação de Moradores	30m <sup>2</sup>			Zona de Informática	50m <sup>2</sup>	I.s.	30m <sup>2</sup>
Administração e Staff	15m <sup>2</sup> *4						
Armazém.	200m <sup>2</sup>						
I.s.	30m <sup>2</sup>						

Tabela 8 - Programa do Centro Comunitário

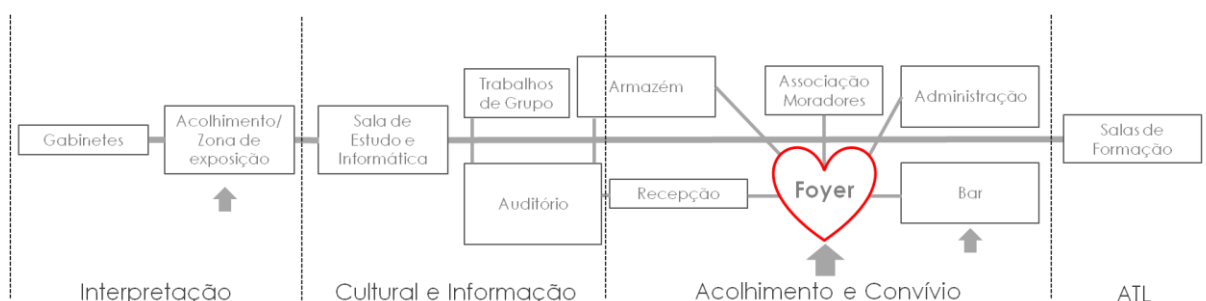


Figura 59 - Organização do programa do Centro Social

### 5.3 Desenho urbano e articulação dos edifícios

#### Condicionantes

A principal condicionante de uma intervenção ao nível do desenho urbano no terreno onde se localiza a anta é a sua zona de protecção. A anta é monumento nacional desde 1944, e segundo o DL 309/2009 sobre as áreas de protecção de bens imóveis *"a zona geral de protecção tem 50 m contados dos limites externos do bem imóvel"* (art.º 37º)

No PDM de Odivelas está prevista uma zona de protecção da anta das Pedras Grandes, no entanto, esta encontra-se mal marcada. Ao colocarmos a anta e a respectiva ZGP devidamente, concluímos que esta não foi respeitada. Apesar desta realidade, a demolição dos edifícios que invadem a ZGP não se revela uma solução, já que *"o isolamento de um monumento através da demolição dos edifícios vizinhos, não deverá, como regra geral, ser autorizado; nem tão pouco a sua deslocação ou remoção para outro local será considerada, a não ser como solução excepcional justificada por razões imperiosas."* (LOPES, 2013, p.60)

Por outro lado "A conservação de um monumento implica a conservação de uma zona envolvente à sua escala. Quando ainda exista o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, não devendo ser permitidas construções novas, demolições ou quaisquer arranjos susceptíveis de alterar as relações de volume e cor." (Carta de Veneza, Artigo 6º) Como tal, e já que o enquadramento actual do monumento não se aproxima do tradicional, nem tão pouco, dignifica o monumento, propõe-se uma nova zona especial de protecção. Pretende-se que esta nova ZEP (composta por zona de sensibilidade arqueológica, e uma ZNA) permita uma nova intervenção que assegure "o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspectivas da sua contemplação, devendo abranger os espaços verdes, nomeadamente jardins ou parques de interesse histórico, que sejam relevantes para a defesa do contexto do bem imóvel classificado (nº2 do art. 43º do DL 309/2009).

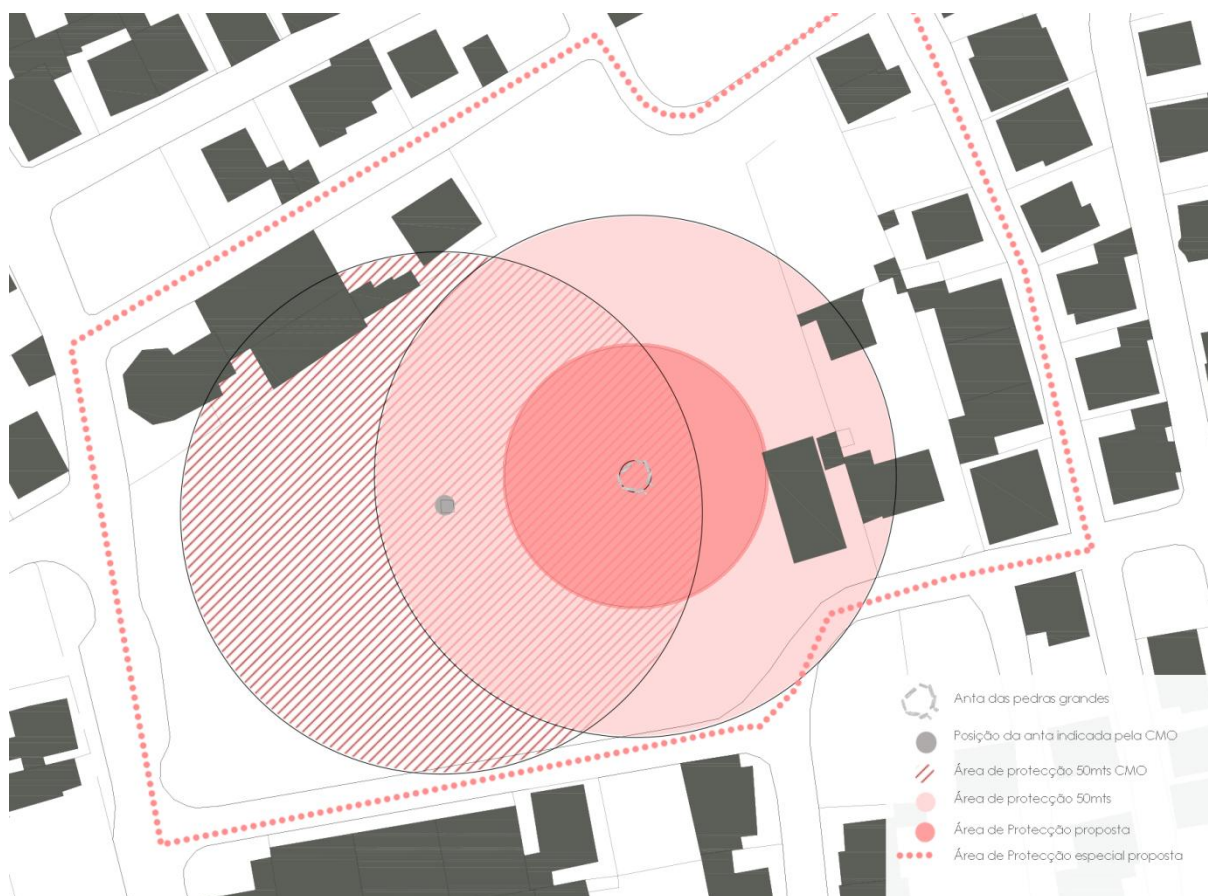


Figura 60 - Condicionantes e zonas de protecção propostas, elaboração própria

## Desenho urbano

A proposta de desenho urbano tem como ponto central a criação de uma praça que reúna e articule os programas a implementar, assim como de um jardim de enquadramento e protecção da anta que permita a permanência desta em solo natural e permeável, tentando ir de encontro às suas condições originais. Espera-se que este novo lugar se possa assumir como epicentro da vida urbana do Casal Novo, funcionando como ponto de encontro, permanência, convívio e actividades, podendo também ser palco das festas do bairro e de outros eventos. Devido à diferença de cotas do terreno, modelou-se o mesmo em dois patamares – o da praça e o do jardim.

Pensou-se na disposição e desenho da volumetria e forma dos edifícios de modo a criar um local de paragem e permanência assim como de contemplação e enquadramento da anta. Os edifícios foram colocados de modo a que as dimensões da praça sejam adequadas à dimensão do bairro, e que o espaço



criado fosse consequentemente acolhedor, apropriável e convidativo à permanência. No fundo o que se pretendeu foi atribuir qualidades ao espaço que proporcionem 'vida entre edifícios'. As entradas e as actividades principais dos novos edifícios – centro comunitário e paroquial – deverão ser voltadas para o interior da praça de modo a fazer deste um lugar de confluência de usos e funções que, pela multiplicidade de utilizadores que atraem, lhe darão vida a várias horas do dia.

Já o jardim foi desenhado de modo a enquadrar a anta, e servir as zonas de estudo e o núcleo de interpretação. O edifício do centro comunitário é então servido pela anta e pelo jardim, ao mesmo tempo que também é servidor destes

espaços, não só por ser ponto de atracção de múltiplos utilizadores, mas também por funcionar como filtro para a anta, enquadrando-a na sua vista norte. O remate

nascente do jardim é feito através do escalonamento e da arborização do terreno,

tendo sido também desenhados muros-banco de suporte do terreno, que se 'desfazem' em sítios para sentar à sombra na cota da anta. O que se pretende é a criação de um cenário natural que dê profundidade ao jardim e dê destaque à anta, evitando que esta fique encerrada entre edifícios.

A diferença de cotas foi aproveitada para gerir a articulação entre os diferentes programas. Como já foi referido a principal intenção era a de desenhar uma praça 'muito' pública, pelo que se considerou que uma entrada para a igreja



Figura 61 - Vista da praça depois da requalificação, elaboração própria



Figura 64 - Vista da praça depois da requalificação, elaboração própria



Figura 63 - Vista do jardim depois da requalificação (elaboração própria)



Figura 62 - Vista do jardim depois da requalificação (elaboração própria)

a partir da praça lhe retiraria um pouco dessa 'publicidade', atribuindo-lhe alguma conotação religiosa. Como tal decidiu-se desenhar um adro a uma cota superior à da praça, acessível pela nova rua a norte. Isto que permitiu oferecer à igreja um espaço exterior próprio, distanciados da praça, mas ainda assim relacionado com ela.

A articulação entre as duas cotas foi feita fundindo as funções circulação e permanência numa escada-auditório que se prolonga para dentro do centro comunitário. Deste modo consegue-se o desenho de um elemento que permite tanto a circulação como a permanência, relacionando a praça, o jardim e o centro comunitário. Foi desenhada também uma segunda escada para ligar de forma mais célere e pública os espaços da praça e do adro, garantido o fácil acesso à igreja sem passar pelo centro paroquial.

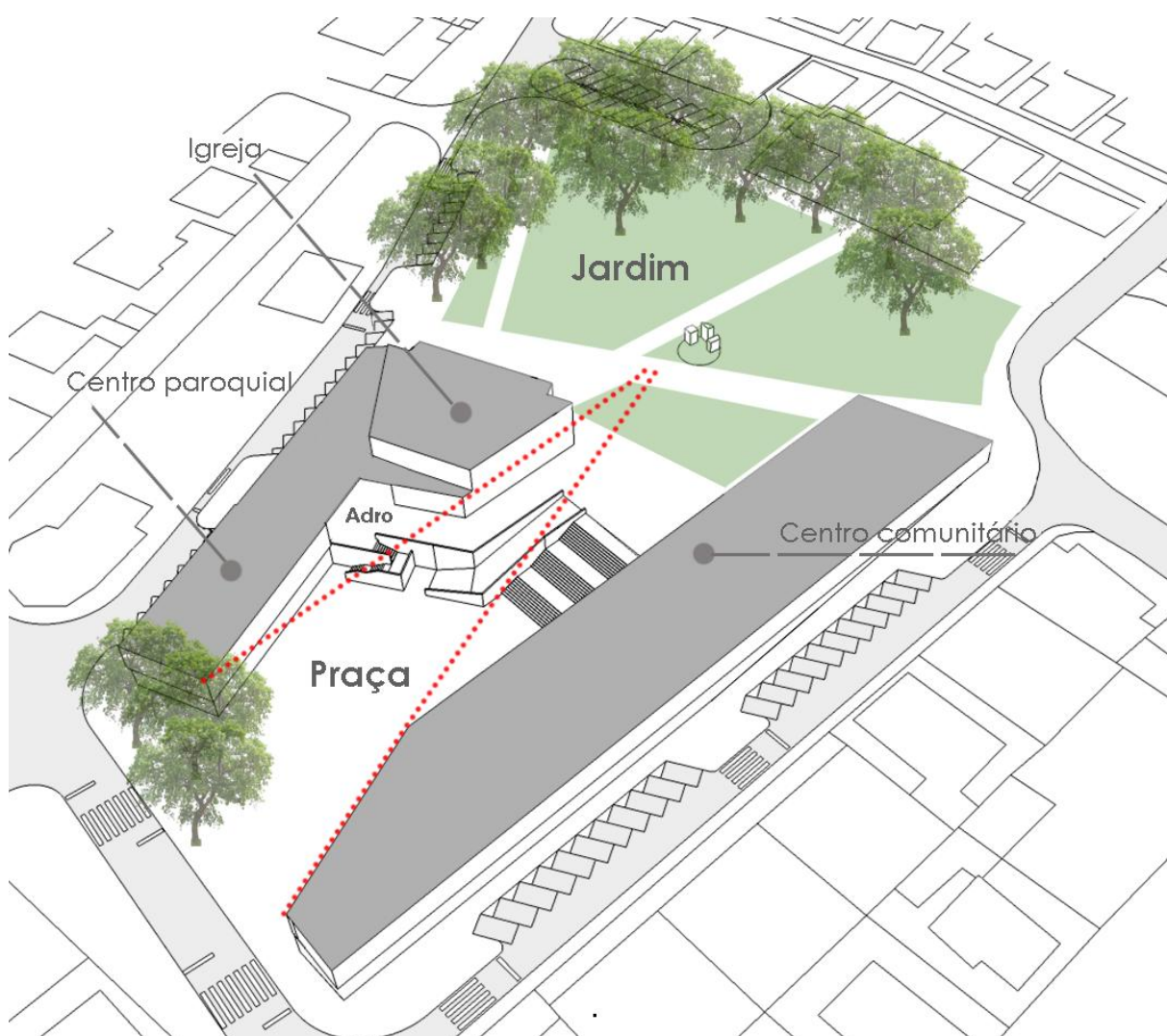


Figura 65 - Esquema tridimensional explicativo do desenho urbano, elaboração própria

## 5.4 Projecto de arquitectura

### Igreja

*“A arte sacra é o suporte material do indizível (...) pertence à ordem dispositiva e instrumental (...) de uma certa presença de Deus que se fez homem – Jesus, o Emanuel – com a assembleia convocada e reunida dos seus discípulos e irmãos” (António dos Reis Rodrigues, Bispo Auxiliar de Lisboa in Novas Igrejas de Vários Tempos, 1998)*

A igreja encontra-se localizada no lado norte do terreno, na plataforma superior, tendo sido desenhado percurso desde a praça até à entrada da igreja que passa por um adro à cota superior do terreno. A entrada principal para a igreja é feita lateralmente exigindo, deste modo, a quem nela entra, um percurso de preparação até chegar a uma relação mais directa com o altar. Da entrada principal é possível observar uma imagem de Nossa Senhora da Esperança, a santa padroeira do bairro.

O espaço da igreja foi dimensionado, de acordo com as normas para a programação de igrejas, com cerca de 250 lugares sentados. No desenho deste espaço procurou-se inverter a forma tradicional da igreja de modo a que a nave permitisse, de uma forma explícita, exprimir a unidade da assembleia reunida em torno do altar, que se encontra no lado nascente do edifício. Procurou-se também que as dimensões não fossem austeras e imperiosas, mas sim a uma escala mais próxima do ser humano, tal como *“o verbo se fez carne e habitou entre nós.”* (Jo 1:14) procurando, como recomendado, despojamento e simplicidade.

Pretendeu-se que este edifício se revelasse à medida que o ‘conhecemos mais’, recordando-nos que as verdadeiras riquezas não estão na aparência mas sim no interior, sendo apenas possível conhecer verdadeiramente alguém em relação de sincera proximidade e disponibilidade. Como tal pensou-se que o edifício pudesse ser como uma pedra de quartzo, opaca por fora e plena de luz por dentro.

Ao modelar a luz dentro da igreja pretendeu-se que esta fosse abundante utilizando-a para além da sua função: *“Deus é luz, e não há nele trevas nenhuma.”*

(Jo1:5) *“Falando novamente ao povo, disse Jesus: “Eu sou a luz do mundo; aquele que me segue, não andar  em trevas, mas terá a luz da vida.””* (Jo 8:12) A luz dentro do edifício   maioritariamente indirecta caindo pelas paredes laterais da nave assim como por detrás de uma parede no presbitério que desenha o sacr rio a pia baptismal e o crucifixo.

O altar assume especial importância e centralidade, estando localizado no centro do presbitério, que se diferencia e destaca da nave por uma diferença de cota e de materialidade no seu piso. Na verdade, a forma da igreja cresce em direcção ao altar, que deverá ser a peça mais importante de todo o conjunto: *“O altar   por si mesmo e para além da sua utilização, símbolo da aliança de Deus com o seu povo.”* (ibid, p.442)

O mesmo presbitério que ‘desenha’ o lugar do altar desenha também dois nichos que acolhem a capela do santíssimo, onde se encontra o sacr rio, do lado esquerdo da assembleia, e o baptist rio, do lado direito da assembleia. Ambos os nichos são visíveis de qualquer parte da igreja de modo a permitir, no caso do sacr rio, que este esteja numa posição discreta em ocasião de celebração da missa e evidente fora dessas ocasiões. Já no caso baptist rio, a visibilidade permite toda a assembleia participe na celebração do baptismo. Esta posição do baptist rio permite também enfatizar a relação entre o baptismo e celebração eucar stica pela proximidade entre esta zona e a zona do altar.

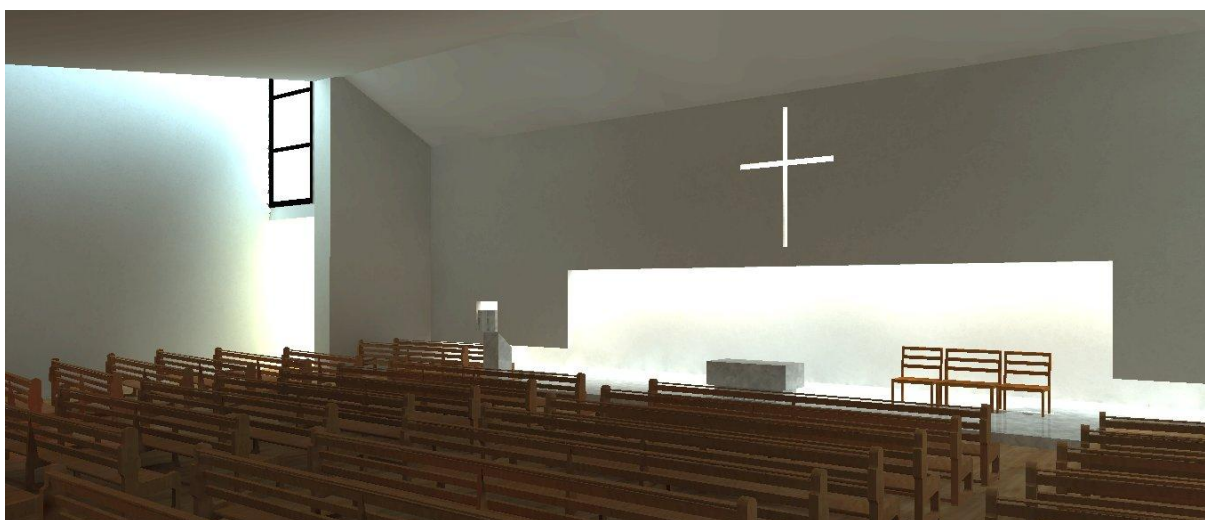


Figura 66 - Vista do interior da igreja (elaboração própria)

## **Capela Mortuária**

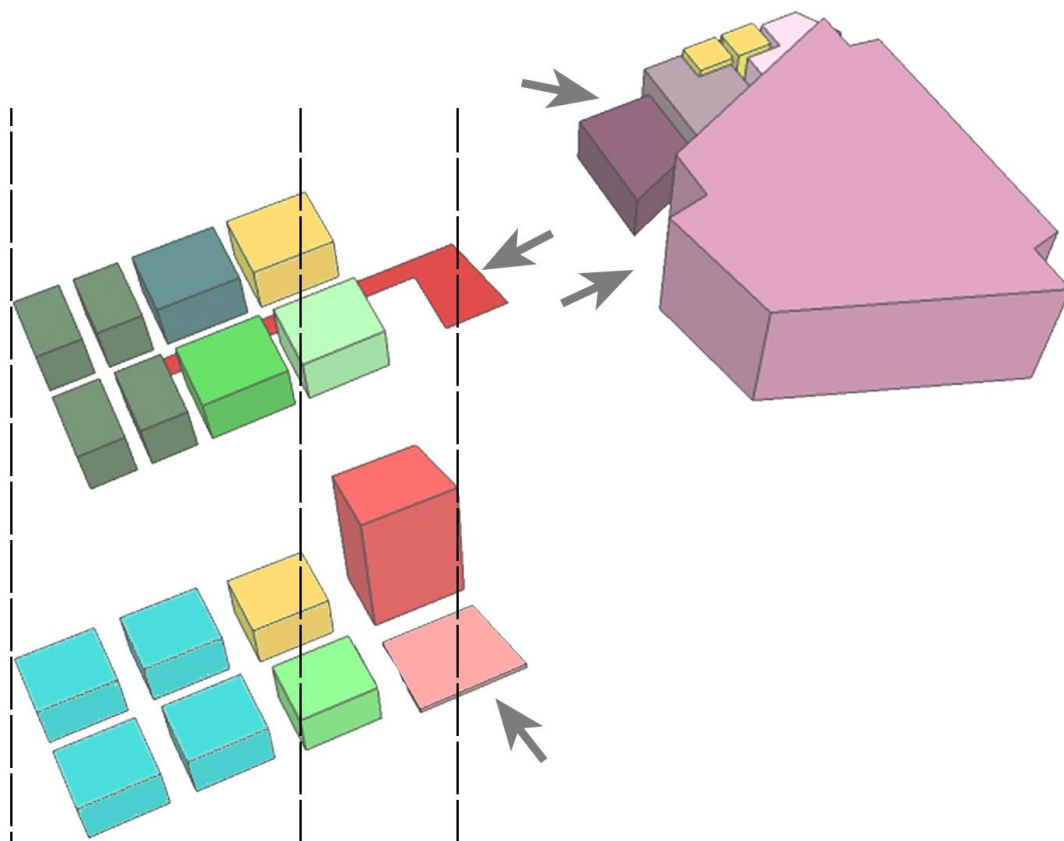
A capela mortuária encontra-se, de acordo com as normas para a programação de igrejas, conectada ao espaço de culto principal, num corpo de cota mais baixa a norte, que continua o volume do centro paroquial e desenha a frente da nova rua. Era importante que este programa não estivesse em relação directa com a rua, pelo que se desenhou, recuando o espaço interior em relação à fachada, uma antecâmara semi-exterior que permite um caminho indirecto até ao vestíbulo da capela, que por sua vez lhe dá acesso.

## **Centro Paroquial**

O edifício do centro paroquial é um volume longitudinal de dois pisos que define o limite norte da praça articulando-se com as pré-existências através do desenho de uma rua a norte do terreno. Este edifício articula também as cotas da anta e do adro da igreja, acumulando a função de elevador, a partir da praça, para a igreja, sendo importante referir que esta função é independente do resto do edifício, podendo estar activa mesmo quando o edifício está 'fechado'. A entrada para este edifício é feita pela praça ou pela nova rua, sendo que quer uma quer outra dão acesso a níveis diferentes de um mesmo átrio de duplo pé direito.

A organização do centro paroquial foi feita de modo a respeitar os níveis de privacidade de cada espaço e a necessidade de conectá-los a outros programas como a igreja. Assim a partir do nível da praça, é possível aceder directamente ao secretariado e às salas de catequese, sendo que no nível superior, com um nível de privacidade maior e em relação mais directa com o adro e a igreja, encontram-se os gabinetes dos párocos e auxiliares, assim como a sala dos escuteiros e a sala de refeições e o cartório. O centro paroquial está ligado à igreja por uma cobertura leve que desenha um espaço mais acolhedor e protegido no adro, encaminhando as pessoas para a entrada da igreja.





- |                         |                             |
|-------------------------|-----------------------------|
| ● Salas de catequese    | ● Cartório                  |
| ● Escuteiros            | ● Sala de estar e refeições |
| ● Circulação vertical   | ● Gabinetes                 |
| ● Circulação horizontal | ● Igreja                    |
| ● Foyer                 | ● Capela mortuária          |
| ● Secretaria            | ● Vestíbulo                 |
| ● I.s.                  | ● sacristia                 |

Figura 67 - Articulação entre os diferentes programas dentro do conjunto Igreja + Centro paroquial

## Centro Comunitário

O edifício do centro comunitário é um volume longitudinal de dois pisos que define o limite sul da praça e desenha uma nova rua que reenquadra as pré-existências. A sua

entrada principal encontra-se na praça e dá acesso ao foyer que funciona como o coração do edifício. O foyer de duplo pé direito, com acesso tanto pela praça como pela rua, assume-se como espaço multiusos

articulador dos diferentes programas do edifício, servindo também de palco para eventos, exposições e até convívio entre utilizadores. A partir do foyer é possível aceder no piso térreo ao restaurante, ao núcleo de administração do edifício, e ao auditório/espço de leitura informal, e no

piso superior às salas de formação e ATL bem como à associação de moradores, e ao espaço da mediateca. Tentou-se que o espaço do foyer funcionasse como uma

expansão da praça e reunisse física e visualmente todos os programas do edifício funcionando como um ponto de convergência de utilizadores.

A partir do foyer pode aceder-se à mediateca de duas formas: através do seu piso inferior para o auditório, ou do seu piso superior para uma galeria adjacente e comunicante como auditório onde se encontra o espaço de trabalho da mediateca. Procurou-se desenhar um espaço de auditório que fosse flexível,



Figura 71 - Vista do Foyer (elaboração própria)



Figura 70 - Vista do Auditório (elaboração própria)



Figura 69 - Vista da sala de Leitura (elaboração própria)



Figura 68 - Vista do centro interpretativo (elaboração própria)

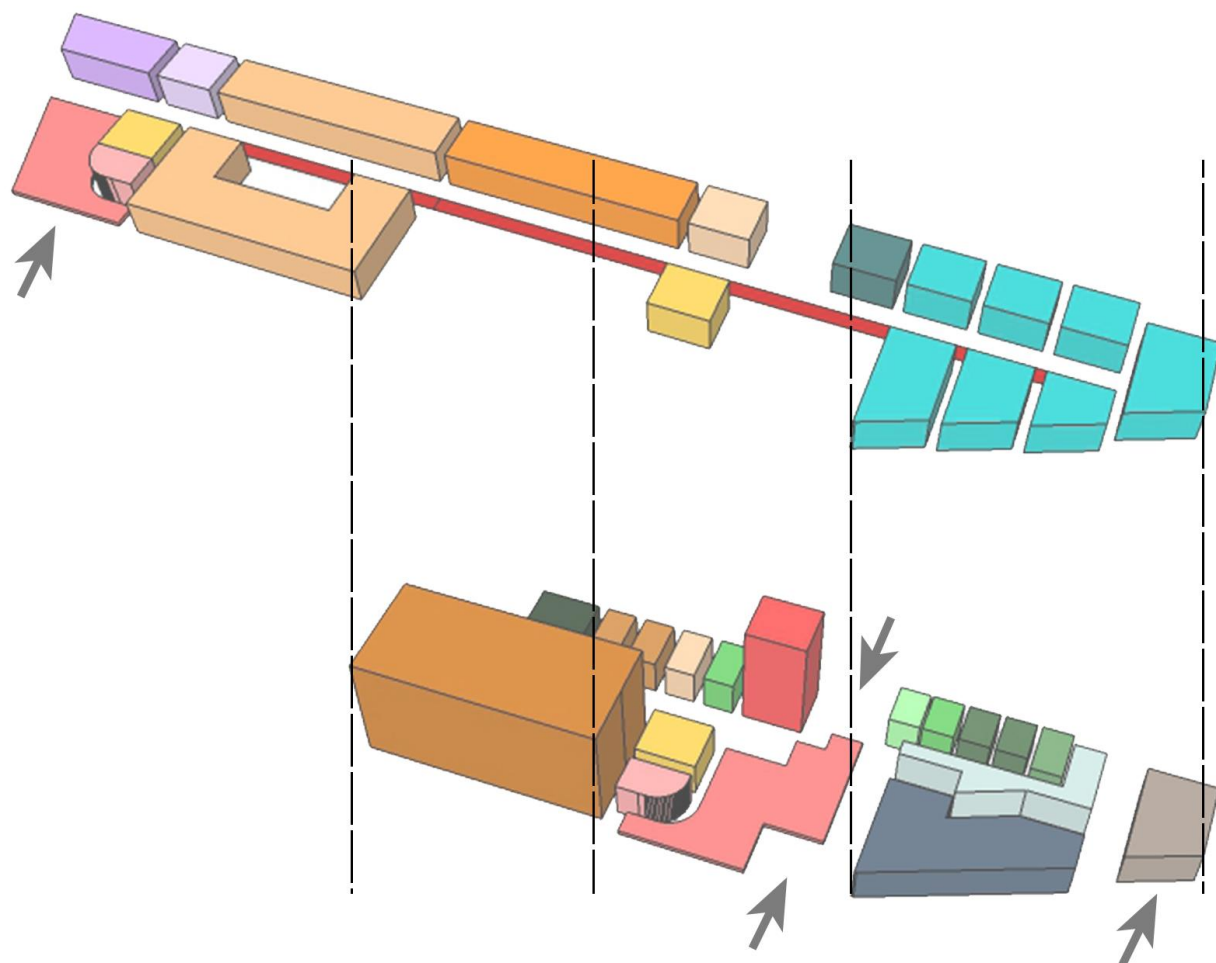
podendo funcionar de dia como zona *lounge* e de leitura informal e de noite como auditório.

Para desenhar o auditório aproveitou-se a diferença de cotas, e a escada desenhada no exterior, estendendo-a para o interior do edifício e modelando-a em auditório. Procurou-se, deste modo, estabelecer uma relação directa e apelativa entre os dois espaços de permanência – o interior e o exterior. O auditório é um espaço com duplo pé direito acompanhado por uma galeria onde se encontra o espaço de trabalho da mediateca, sendo que este conjunto se assume como lugar dentro da mediateca onde o barulho moderado é permitido – falar, trabalhar em grupo, brincar, ler revistas, ver vídeos, etc.

O conjunto do auditório e da galeria dá acesso à zona de estudo e leitura, estruturada em torno de um pátio ajardinado, que se encontra visualmente mais relacionada com o jardim de enquadramento da anta. A articulação visual como jardim, assim como a inclusão de um pátio interior tiveram por objectivo criar um espaço que proporcione ao utilizador o contacto visual com a natureza e aumente, consequentemente, o seu nível de concentração e produtividade, reduzindo também os seus níveis de *stress*. (ULRICH, 1983 *in* KAPLAN, 1995)

A zona de leitura está por sua vez articulada com um segundo átrio de entrada do edifício que dá também acesso ao núcleo de interpretação, funcionando ainda como espaço de exposição permanente do mesmo. O encadeamento de programas e entradas possibilita por um lado relacionar espaços e programas, e por outro autonomizá-los atribuindo flexibilidade ao edifício.





- |                           |               |                              |
|---------------------------|---------------|------------------------------|
| ● Salas de actividades    | ● Restaurante | ● Armazém                    |
| ● Associação de moradores | ● Cozinha     | ● Comércio                   |
| ● Circulação vertical     | ● Reuniões    | ● Depósitos                  |
| ● Circulação horizontal   | ● Gabinetes   | ● Auditório                  |
| ● Foyer                   | ● Staff       | ● Sala de trabalhos de grupo |
| ● Recepção                | ● Secretaria  | ● Sala de leitura            |
| ● I.s.                    | ● camarins    | ● Centro interpretativo      |

Figura 72 - Articulação entre os diferentes programas no edifício do centro comunitário

## 5.5 Conclusões de capítulo

O enquadramento teórico desenvolvido, assim como a análise efectuada ao bairro revelaram-se essenciais para enquadrar e suportar as decisões de projecto de reabilitação do bairro do Casal Novo. Desenvolveram-se estratégias e soluções que vão da escala da cidade à escala da mão, tentando, através deste trabalho em múltiplas escalas, tocar a problemática do bairro nas suas várias dimensões. Para poder chegar ao detalhe, foi primeiro necessário conectar, estruturar e hierarquizar o espaço público do bairro, através da implementação de uma grelha hierarquizada. Foi também pensado um conjunto de equipamentos que pudesse ir de encontro às necessidades e aspirações da população, dos quais se desenvolveu o centro comunitário e a igreja e respectivo centro paroquial.

No desenvolvimento deste conjunto de equipamentos, bem como do espaço público a si associado, procurou-se, tanto pela forma e articulação dos cheios e dos vazios, como pelo programa, desenhar o património comum dos habitantes do Casal Novo, valorizar o património arqueológico e contribuir para a criação de uma identidade urbana e sentimento de pertença, por parte da população, àquele lugar. Estas ideias foram materializadas no projecto de uma praça e jardim conformados por um conjunto e novos edifícios. O que se espera é que este conjunto se assuma como um novo centro de vida urbana no bairro, ao reunir uma multiplicidade de usos e funções adequados às características e aspirações da população: centro de formação e ocupação de tempos livres, mediateca, auditório, centro de interpretação da anta, igreja, capelas mortuárias e centro paroquial.

Esta proposta de intervenção debruça-se sobre questões que vão além da legalização do território, reabilitando o bairro através da qualificação do seu espaço público, contribuindo deste modo para atenuar problemas como a segregação territorial e desintegração da vida sociocomunitária da população, indo de encontro à melhoria da sua qualidade de vida.



## **6 Conclusão e discussão**

Com o presente trabalho procurou-se responder positivamente à complexidade da problemática que caracteriza o bairro do Casal Novo em Odivelas, contribuindo, através de uma proposta de projecto de arquitectura e desenho urbano, não só para a reconversão e requalificação deste local, mas também para a promoção da qualidade de vida e coesão social dos seus habitantes. Para tal efeito foi traçado um quadro de conhecimentos teóricos e práticos necessários a uma visão crítica e esclarecida da realidade em causa.

Considerou-se imprescindível conhecer mais aprofundadamente a origem, evolução e processo de reconversão dos territórios de génese ilegal, como é o Casal Novo, para perceber quais os contornos da sua reconversão urbanística, e poder apresentar respostas mais concretas e eficazes para os seus problemas.

Com este estudo concluiu-se que a periurbanização clandestina foi fruto da falta de resposta às necessidades de habitação da população, assim como da falta de enquadramento legal que regulasse de forma eficaz o uso dos solos. É transversal às áreas de génese ilegal a falta de planeamento urbano, e consequentemente, de espaço e equipamentos públicos, assim como de comércio e serviços que garantam as necessidades básicas da população, o que afecta a sua qualidade de vida a vários níveis. Concluiu-se então que a reabilitação deste tipo de território ultrapassa a sua reconversão legal, sendo imprescindível qualificar os seus espaços públicos, e implementar equipamentos que possam ir de encontro às necessidades específicas de cada população.

Visto que o crescimento urbano desordenado, nomeadamente o originado pelo fenómeno do loteamento e construção ilegais, deu origem, nestas áreas, a sérias debilidades e carências ao nível do espaço e dos equipamentos públicos, considerou-se também necessário um estudo mais aprofundado sobre esta temática que permitisse não só entender a sua importância e relacionar a sua qualidade com a qualidade de vida dos seus utilizadores, mas também apurar os factores que distinguem os espaços públicos com qualidade.

Deste estudo concluiu-se que o espaço público sempre foi o principal património comum entre os habitantes de uma cidade, e o primordial estruturador dos tecidos urbanos, assim como do mapa mental que cada indivíduo faz da

cidade que lhe permite orientar-se e reconhecer-se nela. Existem inúmeras tipologias de espaço público, das quais se destacam, no contexto deste trabalho, o traçado que é o gesto criador da cidade, a praça que corresponde ao coração da cidade, os espaços verdes que garantem o equilíbrio dos ecossistemas, e os equipamentos de utilização colectiva, que são uma expansão considerável do mundo público.

Sobre a importância do espaço público retirou-se que esta se prende sobretudo com o facto de o espaço público estar ligado ao enraizamento dos indivíduos a um lugar, e ser o principal palco da vida em sociedade, proporcionando a interacção com outros indivíduos. Concluiu-se então que desenhar espaços públicos com qualidade implica criar condições para a apropriação dos mesmos. Existem alguns parâmetros de qualidade pelos quais os arquitectos se poderão guiar, mas qualquer intervenção deve ter em conta as características e anseios da população que o irá utilizar.

O enquadramento teórico, assim como a análise efectuada ao bairro foram fulcrais para suportar as decisões de projecto de reabilitação do bairro do Casal Novo. Desenharam-se estratégias e soluções desde a escala da cidade à escala da mão, tentando, através deste trabalho em múltiplas escalas, trabalhar a problemática do bairro nas suas várias dimensões. Foi primeiro necessário olhar o território a uma escala mais abrangente e conectar, estruturar e hierarquizar o espaço público do bairro, assim como pensar num conjunto de equipamentos que pudesse ir de encontro às necessidades específicas do território e da sua população. Deste conjunto desenvolveu-se o centro comunitário e a igreja e respectivo centro paroquial.

No desenvolvimento deste conjunto de equipamentos, bem como do espaço público a si associado, procurou-se, tanto pela forma e articulação dos cheios e dos vazios, como pelo programa, desenhar um lugar no bairro que possa ser entendido como património comum entre os habitantes do Casal Novo e que permita valorizar o património e contribuir para a criação de uma identidade urbana. Estas ideias foram materializadas no projecto de uma praça e jardim conformados por um conjunto e novos edifícios. O que se espera é que este

conjunto se assuma epicentro da vida urbana no bairro, ao reunir uma multiplicidade de usos e funções adequados às características e aspirações da população: centro de formação e ocupação de tempos livres, mediateca, auditório, centro de interpretação da anta, igreja, capelas mortuárias e centro paroquial.

Esta proposta de intervenção debruça-se sobre questões que vão além da legalização do território, reabilitando o bairro através da qualificação do seu espaço público, contribuindo deste modo para atenuar problemas como a segregação territorial e a desintegração da vida sociocomunitária da população, indo de encontro à melhoria da sua qualidade de vida.

O presente trabalho abre questões de trabalho futuro. O desenvolvimento de questões relacionadas com a requalificação das AUGI tornará necessário olhar para estas áreas não como casos isolados, mas como parte de uma rede de tecido urbano a consolidar, pensando numa reabilitação transversal que promova também a optimização de recursos. Ficam também em aberto questões relacionadas com o crescimento do espaço urbano e o modo como estes territórios serão absorvidos, bem como com a sua sustentabilidade a longo prazo.

**(16 256 palavras)**

## **7 Bibliografia**



**ALVES**, João 2009. *Loteamentos Clandestinos (LDA)*, Verbo Jurídico.

**ARAÚJO**, Luís 2011. Espaço Público como estratégia de intervenção em áreas urbanas de génese ilegal. Uma proposta para o Bairro da Cova da Moura, Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura, IST, UTL

**AUGÉ**, Marc 2005. *Não Lugares*, Lisboa, 90°.

**BAPTISTA**, António 1996. *Programas urban e reabilitação urbana*. Lisboa, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.

**BOAVENTURA**, Rui 2009. *As Antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de doutoramento: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

**BONFIM**, Catarina de Jesus et. al 2000. *Centro Comunitário*. [Online] Available: [http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13331/Centro\\_comunitario](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13331/Centro_comunitario)

**BRANDÃO** ALVES, Fernando 2003. *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

**BRANDÃO**, Pedro 2002. *O chão da cidade*, Lisboa, Centro Português Design

**BRANDÃO**, Pedro 2008. *A Identidade dos Lugares e a sua representação colectiva*, Lisboa, DGOTDU

**CABRAL**, Paula 2011. *Áreas Urbanas de génese ilegal. projectos para a legalização de um sonho: Actas da conferência--Centro Cultural de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais.

**CÂMARA MUNICIPAL de ODIVELAS** 2013. *Caracterização sociodemográfica do município de Odivelas. Aálise dos censos 2011*. [Online] Available: [http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/Censos\\_definitivos\\_2011.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/Censos_definitivos_2011.pdf)

**CANDEIRA**, José López 2002. *Tratamiento del espacio exterior*, Madrid, Munilla-Lería.

**DGOTDU** 2002. *Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos*, Lisboa, DGOTDU.

- FADIGAS**, Leonel 2010. *Urbanismo e Natureza - Os desafios*, Lisboa, Edições Sílabo.
- GEHL**, Jan 2011. *Life between buildings: using public space*, Londres, Island Press.
- HERTZBERGER**, Herman 1999. *Lições de arquitectura para estudantes*, São Paulo, Martins Fontes.
- JACOBS**, Jane 2000. *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo, Martins Fontes.
- JORGE**, Sílvia Branco 2010. Qualificação do espaço público de loteamentos de génese ilegal na Grande área Metropolitana de Lisboa, in RAPOSO et al. *Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal-Brasil*, São Paulo, EDUC, páginas 143-159.
- KAPLAN**, S. 1995. *The restorative benefits of nature: toward an integrative framework*. U.S.A.: Academic Press Limited.
- LAMAS**, João 1992. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LITTLEFIELD**, David 2011. *Manual do arquiteto – Planejamento, dimensionamento e projecto*, Porto Alegre, Bookman.
- LOBO**, Manuel et al. 1998. *Normas Urbanísticas Vol. II, Desenho Urbano, Apreciação de Planos, Planos Urbanos*, Lisboa, DGOTDU – UTL.
- LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel**, 2014. *Património Cultural – Critérios e Normas Internacionais de Protecção*, Caleidoscópio, Sintra.
- LYNCH**, Kevin 1960. *A imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70.
- MADEIRA**, Maria 1996. *Coesão Social e Acção Social [Online]* Available: [http://www4.seg-social.pt/documents/10152/18931/Coesao\\_social\\_accao\\_social](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/18931/Coesao_social_accao_social).
- MANCUSO**, Franco et al. 2007. *Squares of Europe, squares for Europe*, Foundation Maison des Sciences de l'Homme, Paris.
- Novas Igrejas de Vários Tempos** 1998. Lisboa, Rei dos Livros .

**OLIVEIRA**, Fernanda 2011. De um urbanismo de expansão e de segregação a um urbanismo de contenção, de reabilitação urbana e de coesão social, Almedina.

**PATRIARCADO DE LISBOA**, 1988. *Vida Católica*, Lisboa.

**PATRÍCIO**, Pedro 2011. Contribuição para uma proposta de qualificação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil – Perfil Construção, Lisboa.

**PORTAS**, Nuno; **DOMINGUES**, Álvaro; **CABRAL**, João 2007. *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

**RAPOSO**, Isabel; **VALENTE**, Ana 2010. Diálogo social ou dever de reconversão? As Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) na Área Metropolitana de Lisboa, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº91, Páginas 221-235.

**REIS**, Júlia et al. 2007. Lei das AUGI no quadro das alterações ao regime jurídico de gestão territorial – novas soluções para velhos problemas – o PPR [Online] Available: [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_VI\\_Congresso\\_APG/actas/\\_fich/61-J%FAlia\\_Reis\\_-\\_Lei\\_das\\_AUGI\\_no\\_quadro\\_das\\_altera%E7%F5es\\_ao\\_regime\\_jur%EDdico.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_VI_Congresso_APG/actas/_fich/61-J%FAlia_Reis_-_Lei_das_AUGI_no_quadro_das_altera%E7%F5es_ao_regime_jur%EDdico.pdf).

**RODRIGUES**, António José 2005. Loteamentos Ilegais – Áreas Urbanas de Génese Ilegal – AUGI, Coimbra, Almedina.

**SALGUEIRO**, Teresa 1995. *A cidade em Portugal. Uma geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento.

**SOARES**, Bruno 1984. Urbanização clandestina e política urbana. *Sociedade e Território*, Vol. 1, Porto, Edições Afrontamento.

### **Referências eletrónicas**

<http://www.caas-portoalegre.org.br/liturgia/>

<https://discutindoarquitetura.wordpress.com/modernismo1/>

[http://www.orionitas.com.br/liturgia\\_historia\\_da\\_liturgia.php](http://www.orionitas.com.br/liturgia_historia_da_liturgia.php)

<http://www.geocities.ws/robeline2/espceleb.html>



## **Anexos**

## **Maquetas**





## **Painéis Finais**



**Slides de apresentação**